

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/3
Componente curricular:	11481 - Atividades Curriculares Complementares II - Turma: CHADIR-3N
Professor:	248312 - Elizabete Geremias
Nr. créditos/Carga Horária:	1/15
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

Como previsto no item ORGANIZAÇÃO CURRICULAR deste Projeto, cada Campus oferecerá Atividades Curriculares Complementares pré-estabelecidas singulares, a serem, como prevê o Projeto Pedagógico Institucional ç PPI da UNOESC, definidas pelo Colegiado do Curso e promovidas pela Instituição.

3 JUSTIFICATIVA

O aprendizado em vários ramos do Direito e sua abordagem constitui-se na base para o conhecimento e a aplicação dos institutos jurídicos. Nesse sentido, revela-se de suma importância apreender e discutir temáticas relevantes do mundo jurídico, se fazendo necessário no aprimoramento do ensino-aprendizagem.

4 OBJETIVOS

Proporcionar aos acadêmicos, egressos do Curso de Direito, palestras sobre temas da atualidade nas mais diversas áreas do Direito, oportunizando assim, a troca de experiências entre profissionais, egressos do curso e acadêmicos.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
22/05/2019	Participação nas atividades do Ciclo de Palestras.	Participação nas atividades do Ciclo de Palestras.
25/05/2019 08:00 - 14:00	Participação nas atividades do Ciclo de Palestras.	Participação nas atividades do Ciclo de Palestras.
25/05/2019 14:05 - 15:45	Participação nas atividades do Ciclo de Palestras.	Participação nas atividades do Ciclo de Palestras.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo continuado e participativo, que se desenvolve ao longo do processo de ensino-aprendizagem e que compreende:(a) capacidade de pesquisa e estudo;
 (b) participação nas aulas e atividades propostas;
 (c) criação, elaboração e apresentação de trabalhos;
 (d) explanação de conhecimento por meio de atividades avaliativas.

Assim, os alunos serão avaliados conforme:

- presença nas atividades do Ciclo de Palestras;
- participação mínima de um período como forma de frequência;
- participação efetiva durante as atividades (entendendo-se participação efetiva como aquela que contribui com o processo de compreensão e entendimento efetivo do conteúdo discutido);
- postura acadêmica e respeito para com todos;
- atividade avaliativa descritiva (Peso 10), referente ao evento com entrega de relatório digitado e individual até a data de **07/06/2019** na Coordenação do Curso. **Não serão aceitos relatórios após referido prazo.**

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo	
BRASIL.; GOMES, Luiz Flávio. Código penal, código de processo penal, constituição federal, legislação penal e processual penal . 14. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 1438 p. (Mini Códigos). ISBN 9788520341216.	Básica	
MENDES, Gilmar Ferreira. Direito penal contemporâneo . São Paulo Saraiva 2010 1 recurso online (IDP). ISBN 9788502137660.	Básica	eBook

SCHEID, Carlos Eduardo. A motivação das decisões penais: a partir da teoria garantista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. 178 p. ISBN 9788573485912.	Básica	
ALEXY, Robert. Conceito e validade do direito. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 166 p. (Biblioteca Jurídica WMF). ISBN 9788578271633.	Complementar	
JACINTHO, Jussara Maria Moreno; SANTOS, Antonio Carlos Nascimento. Dignidade humana: princípio constitucional. Curitiba: Juruá, 2009. 271 p. ISBN 8536213701.	Complementar	
OLMO, Rosa del. A América Latina e sua criminologia. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, Revan, 2004. 326 p. (Pensamento criminológico 9). ISBN 8571062986.	Complementar	
SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia de justiça no mundo contemporâneo: fundamentação e aplicação do direito como maximum ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 280 p. ISBN 8573088028.	Complementar	
SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa . 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 349 p. ISBN 9788520010303.	Complementar	

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/3
Componente curricular:	10217 - Direito Administrativo I - Turma: CHADIR-3N
Professor:	29453 - Janaina Reckziegel
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

Noções Preliminares (conceito, evolução, fontes, regras de interpretação). Princípios de Direito administrativo. Administração Pública. Poderes Administrativos. Serviços Públicos - abordagem geral. Licitações e Contratos Administrativos - abordagem geral.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina tem aspectos bastante relevantes tanto na legislação/jurisprudência e doutrina como na prática. O direito Administrativo é um instrumento de trabalho simultaneamente com a teoria, a realidade e a prática. Auxilia os profissionais a entender melhor todo o Sistema Administrativo Nacional, para que consigam atuar nos Órgãos das Esferas Administrativa e Judiciária.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral da disciplina:

Conhecer e compreender o conteúdo do Direito Administrativo para utilizá-lo na solução de questões relacionadas aos órgãos públicos em geral e processos judiciais.

Objetivos Específicos:

Entender o Sistema Administrativo Brasileiro e sua estrutura.
 Compreender a Organização Administrativa do Estado e a necessidade dessa organização.
 Desenvolver análise crítica sobre os Princípios que norteiam o Direito Administrativo.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
11/02/2019 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino da disciplina. Definição da metodologia de trabalho e de avaliação. Introdução as questões fundamentais que serão tratadas na disciplina. História do Estado e da Administração: Povo; Território; Governo; Cristianismo; Racionalismo; Burguesia; Revolução Francesa de 1789. Conceito de Direito Administrativo; Fontes; Objeto; Administração Pública como função do Estado; Função Política ou de Governo e Função Administrativa; Relação de Administração;	Aula expositiva e dialogada.
18/02/2019 19:00 - 22:35	História do Estado e da Administração: Povo; Território; Governo; Cristianismo; Racionalismo; Burguesia; Revolução Francesa de 1789. Conceito de Direito Administrativo; Fontes; Objeto; Administração Pública como função do Estado; Função Política ou de Governo e Função Administrativa; Relação de Administração;	Aula expositiva e dialogada.
25/02/2019 19:00 - 22:35	Princípios que norteiam o Direito Administrativo.	Aula expositiva e dialogada.
11/03/2019 19:00 - 22:35	Administração Pública Brasileira: Organização; Órgãos Públicos e seus Agentes; Jurisdição Administrativa; Competências Administrativas; Tribunais Administrativos; Tribunais de Contas.	Aula expositiva e dialogada.

18/03/2019 19:00 - 22:35	Administração Pública Indireta: Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista; Agências Executivas e Agências Reguladoras; Outras Entidades Paraestatais.	Aula expositiva e dialogada.
25/03/2019 19:00 - 22:35	Ato Administrativo: Conceito; Atos Administrativos Vinculados e Discricionários; Atributos, Requisitos/Elementos; Classificação e Espécies.	Aula expositiva e dialogada.
01/04/2019 19:00 - 22:35	Ato Administrativo: Conceito; Atos Administrativos Vinculados e Discricionários; Atributos, Requisitos/Elementos; Classificação e Espécies.	Aula expositiva e dialogada.
08/04/2019 19:00 - 22:35	Poderes Administrativos: Poder Vinculado; Poder Discricionário; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar. Poder Regulamentar: definição; características, diferenças entre Lei e Regulamento; O regulamento ante o princípio da Legalidade; Natureza do Poder Regulamentar; Importância do Poder Regulamentar; Limites da atribuição Regulamentar; Classificação; Decretos; Resoluções; Avisos; Instruções e Portarias. Poder de Polícia; Polícia Sanitária. Poder de Polícia: Conceito e Fundamento; Características; Diferenças da Polícia Judiciária; Atributos; Atos em que se manifesta; Limitação Administrativa da propriedade. Polícia Sanitária: Campo de atuação; Fundamento; Normas Gerais de Defesa e Proteção da Saúde; Competência Legislativa; Legislação; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Códigos Sanitários Estaduais; Regulamentos Sanitários Municipais.	Aula expositiva e dialogada.
15/04/2019 19:00 - 22:35	1ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA ENTREGA DA IDÉIA PRINCIPAL DA BIBLIOGRAFIA: IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	PROVA.
22/04/2019 19:00 - 22:35	Contratos Administrativos: conceito e previsão legal, classificação quanto ao regime jurídico, requisitos e características, formalidades e eficácia, prazos e prorrogação, interpretação e formalização, execução/inexecução e conseqüências, modalidades de contratos administrativos.	Aula expositiva e dialogada.
29/04/2019 19:00 - 22:35	T.A.E - Trabalho Acadêmico Efetivo.	Trabalho Acadêmico Efetivo.
06/05/2019 19:00 - 22:35	Contratos Administrativos: conceito e previsão legal, classificação quanto ao regime jurídico, requisitos e características, formalidades e eficácia, prazos e prorrogação, interpretação e formalização, execução/inexecução e conseqüências, modalidades de contratos administrativos.	Aula expositiva e dialogada.
13/05/2019 19:00 - 22:35	Licitações: conceito, princípios, modalidades, fases, regime jurídico para realização de obras, serviços, aquisições e alienações da Administração Pública Federal, procedimentos, comissão de licitação, revogação e anulação, recursos administrativos, subcontratações.	Aula expositiva e dialogada.
20/05/2019 19:00 - 22:35	Licitações: conceito, princípios, modalidades, fases, regime jurídico para realização de obras, serviços, aquisições e alienações da Administração Pública Federal, procedimentos, comissão de licitação, revogação e anulação, recursos administrativos, subcontratações.	Aula expositiva e dialogada.

27/05/2019 19:00 - 22:35	AULA PRÁTICA: PARTICIPAR DE LICITAÇÕES EM ÓRGÃO PÚBLICOS.	AULA PRÁTICA: PARTICIPAR DE LICITAÇÕES EM ÓRGÃO PÚBLICOS.
03/06/2019 19:00 - 22:35	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PELOS GRUPOS.	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS PELOS GRUPOS.
10/06/2019 19:00 - 22:35	T.A.E. - Trabalho Acadêmico Efetivo.	T.A.E. - Trabalho Acadêmico Efetivo
17/06/2019 19:00 - 22:35	2ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA. Correção.	Prova.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

O primeiro critério para aprovação é a frequência, sendo esta inferior a 75% o acadêmico reprova mesmo tendo média suficiente para passar sem exame.

A1 - Tipo de Avaliação Valor

2 Provas Escritas (múltipla escolha e discursiva) 0 à 10

Entrega da idéia principal da bibliografia indicada. 1,0 na 1ª prova

Apresentação dos trabalhos sobre um dos tópicos relacionados a ementa da disciplina, a escolha do grupo, não podendo ser repetidos os assuntos. A nota será composta de 7 (sete) pontos para a consistência da pesquisa em doutrinas, jurisprudências, etc, 1 (um) ponto na entrega do resumo na hora da apresentação para todos os colegas e a professora (para poder acompanhar a apresentação) e 2 (dois) pontos para a forma de apresentação (dinâmica) desenvolvida. Todos os trabalhos deverão ser apresentados na data marcada previamente no plano de ensino, e todos os componentes do grupo deverão apresentar, pois a nota será da apresentação ao grande grupo. 0 à 10

TOTAL 100%

OBS: A Unoesc disponibiliza aos acadêmicos o acesso aos Sistemas Saraiva online, bem como a Plataforma HeinOnline Academic Core, para pesquisas, além da biblioteca.

A2 - Avaliação Valor

Prova Objetiva (múltipla escolha e discursiva): elaborada com base nas questões exigidas nos últimos concursos de Juiz Federal (4ª Região), Estadual (RS/SC), Procurador da República, Procurador do Estado (RS) e Promotor de Justiça (RS/SC), etc, e subjetiva.

100%

OBS: O aluno que precisar faltar no dia de prova (por motivo justificado e aceito pela UNOESC) e queira realizá-la, terá que seguir primeiro as regras do Regimento Interno da UNOESC para efetivar seu pedido e após este a prova será marcada em nova data, de FORMA ORAL.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 29. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. xxxii, 1063 p. ISBN 9788530968762.	Básica
MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro . 42. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2016. 975 p. ISBN 9788539203192.	Básica
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 32. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015. 1150 p. ISBN 9788539202737.	Básica
LEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado . 18. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.	Complementar
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo . 5. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.	
IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito . 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.	
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.	
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional Administrativo . 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.	
OBS: A Unoesc disponibiliza aos acadêmicos o acesso aos acadêmicos dos sistemas Saraiva online, bem como a Plataforma HeinOnline Academic Core para estudos e pesquisas.	

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/3
Componente curricular:	12795 - Direito Civil II - Turma: CHADIR-3N
Professor:	37493 - SINTIA MARIA DALBOSCO
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

Fatos jurídicos. Negócio jurídico: plano da existência, da validade e da eficácia. Atos ilícitos. Teoria das nulidades. Prescrição e decadência. Prova dos negócios jurídicos.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular Direito Civil II, justifica-se por contemplar o estudo de institutos que são pressupostos para os campos específicos regulados na Parte Especial do Código Civil. Impossível é a compreensão do direito das obrigações, sobretudo quanto aos contratos, se desconhecido os campos da validade e da eficácia do negócio jurídico, que abrange desde a sua manifestação e vai até os vícios de consentimento e sociais.

Mais que uma interligação, os vários institutos que se encontram na parte geral, são indispensáveis para os avanços também em outros campos, como no direito administrativo e no empresarial, que aproveitam sobretudo os regramentos da capacidade, dos negócios jurídicos, da sua validade e invalidade, da culpa, da prescrição e decadência, culminando com os meios de provas permitidos pelo ordenamento jurídico para atestar a validade ou invalidade dos mesmos em juízo.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Demonstrar a importância do estudo da parte geral do código civil como pré-requisito para todo estudo do Direito em geral, possibilitando aos acadêmicos noções suficientes à identificação e interpretação de seus elementos, habilitando os mesmos, para o desenvolvimento de uma leitura dinâmica desse diploma legal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver o estudo dos fatos jurídicos e os seus reflexos nos planos da existência, validade e eficácia.
- Classificar os fatos jurídicos lícitos e ilícitos, compreendendo a importância do tempo e seus reflexos no mundo jurídico.
- Compreender o negócio jurídico, seus elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia, através da interpretação das relações jurídicas, tendo por base uma visão crítica do fenômeno negocial conectando-o com a ordem econômica e com os princípios constitucionais.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
13/02/2019 19:00 - 22:35	<p>Apresentação do plano de ensino do componente curricular Direito Civil II.</p> <p>DISPOSIÇÕES LEGAIS</p> <p>1. Fato jurídico em sentido amplo. 2. Fato jurídico em sentido estrito, ato-fato jurídico e ato jurídico em sentido estrito.</p> <p>3. Negócio Jurídico Conceito Finalidade negocial Aquisição de direitos Conservação de direitos</p>	Aula expositiva e dialogada.

	Modificação de direitos Extinção de direito.	
20/02/2019 19:00 - 22:35	4. ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO Classificação A tricotomia existência-validade-eficácia (estudo da escada ponteana). Requisitos de existência: Declaração de vontade O silêncio como manifestação de vontade Reserva mental: Conceito. Efeitos Finalidade negocial Idoneidade do objeto	Aula expositiva e dialogada.
27/02/2019 19:00 - 22:35	Aula Magna do Curso de Direito.	
TAE	Trabalho Acadêmico Efetivo.	Leituras Obrigatórias.
13/03/2019 19:00 - 22:35	5. Requisitos de Validade: Capacidade do agente Objeto lícito, possível, determinado ou determinável Forma	Aula expositiva e dialogada.
20/03/2019 19:00 - 22:35	6. DA REPRESENTAÇÃO 1. Considerações iniciais 2. Espécies de representação 3. Espécies de representantes 4. Regras da representação 5. Representação e mandato 6. Contrato consigo mesmo (autocontratação) 6.1. Conceito 6.2. Efeitos	Aula expositiva e dialogada.
27/03/2019 19:00 - 22:35	7. Plano da Eficácia CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO. 8. DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO 1. Negócio jurídico inexistente 2. Nulidade 2.1. Conceito 2.2. Espécies de nulidade 2.3. Causas de nulidade 3. Anulabilidade 3.1. Conceito 3.2. Causas de anulabilidade	Aula expositiva e dialogada.
03/04/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial , escrita (questões objetivas e subjetivas), individual, sem consulta, peso 10.	
10/04/2019 19:00 - 22:35	8. DOS DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS 1. Considerações gerais 2. Vícios de consentimento: erro ou ignorância; dolo; coação; estado de perigo; lesão. 3. Vícios sociais: fraude contra credores e simulação.	Correção e entrega da avaliação parcial. Aula expositiva e dialogada.
17/04/2019 19:00 - 22:35	Continuação estudo dos Defeitos do Negócio Jurídico.	Aula expositiva e dialogada.
24/04/2019 19:00 - 22:35	Continuação estudo dos Defeitos do Negócio Jurídico.	Aula expositiva e dialogada.
08/05/2019 19:00 - 22:35	Continuação estudo dos Defeitos do Negócio Jurídico.	Aula expositiva e dialogada.
15/05/2019 19:00 - 22:35	9. DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS DOS ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS 1. Conceito 2. Responsabilidade contratual e extracontratual 3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal 4. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva 5. Atos lesivos não considerados ilícitos (excludentes de ilicitude) 5.1. A legítima defesa 5.2. O exercício regular e o abuso de direito 5.3. O estado de necessidade	Aula expositiva e dialogada. Entrega e correção da avaliação parcial.
22/05/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial , escrita (questões objetivas e subjetivas), individual, sem consulta, peso 10.	
29/05/2019 19:00 - 22:35	5. Atos lesivos não considerados ilícitos (excludentes de ilicitude) 5.1. A legítima defesa 5.2. O exercício regular e o abuso de direito 5.3. O estado de necessidade 10. Da Prescrição e Decadência	Aula expositiva e dialogada.
05/06/2019 19:00 - 22:35	Continuação estudo dos institutos da prescrição e decadência.	Aula expositiva e dialogada.

12/06/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1- Abrangente, individual, escrita (questões objetivas e subjetivas), sem consulta com peso 10.	
19/06/2019 19:00 - 22:35	Entrega e correção da A1- Abrangente. Trabalho valendo 0,5, na segunda nota parcial,	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

- 1) Nota 1: Avaliação Parcial para composição da A1, individual, escrita, sem consulta ao CC/02, com peso 10.
- 2) Nota 1: Avaliação Parcial para composição da A1, individual, escrita), sem consulta ao CC/02, com peso 10.
- 3) Nota 2: Avaliação A1 abrangente, individual, sem consulta ao Código Civil 2002, com questões objetivas e discursivas, com atribuição de peso 10.

Observações: Será analisado para composição da nota final do acadêmico o comprometimento do mesmo nas aulas e tarefas solicitadas. A média bimestral será apurada realizando-se a somatória dos valores obtidos nas A1 parciais e na A1 abrangente e nas outras formas de avaliação que porventura forem aplicadas.

- Exame final, constituído de uma prova abrangente, denominado A2, para os alunos que obtiveram média semestral (A1) inferior a 7,0(sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será aferido por meio de questões objetivas de múltipla escolha e questões dissertativas, individual e sem consulta.

- Em caso de falta a uma das avaliações (Nota 1 e Nota 2), ficará facultado ao docente, mediante solicitação expressa do acadêmico, aplicar prova oral ou escrita a seu critério sobre o conteúdo atinente a avaliação em questão.

- Será considerado reprovado o aluno que exceder o limite de faltas correspondente à 25% da carga horária prevista para o componente curricular.

- As faltas somente serão justificadas (A1- Abrangente e A2-Exame) com o deferimento dos atestados médicos pela coordenação do curso e, somente no caso de iminente caso de iminente reprovação por falta.

- As regras da avaliação e o regime disciplinar estão descritos no Regimento da Unoesc no artigo 135, "Acarretarão ao discente a reprovação no respectivo componente curricular ou a perda do título acadêmico, a comprovação de prática de cópia parcial ou total de trabalho alheio, que constitui plágio, e a utilização de trabalhos acadêmicos elaborados por terceiros".

- Demais avaliações que forem exigidas pela instituição.

O B S E R V A Ç Ã O

- Simulado OAB: a partir da 7a. fase do curso (26/02/2019), O aluno com aproveitamento igual ou superior a 50% terá bônus de 1,0 ponto em uma das notas parciais, de todas as disciplinas que se encontra matriculado (exceto TCC, Estágios e ACC).

E V E N T O S

D O

C U R S O

- 11/02/2019 - Aula Inaugural do Estágio de Prática Jurídica I.
- 26/02/2019 - Simulado OAB.
- 27/02/2019 - Aula Magna (Matutino e Noturno).
- 22/05/2019 - VI Seminário de Direito Constitucional (Matutino, Vespertino e Noturno).

T C I :
 - E n t r e g a : 0 3 / 0 6 a 0 8 / 0 6 / 2 0 1 9
 - B a n c a s : 2 4 / 0 6 / 2 0 1 9 a 2 8 / 0 6 / 2 0 1 9

Observação: Além da biblioteca física, há acesso ao sistema Saraiva online.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 543 p. ISBN 9788502185029 (v.1).	Básica
GONÇALVES, Carlos Roberto 1938-. Direito civil brasileiro: parte geral. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 571 p. ISBN 9788502636651(v.1).	Básica
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016. xxiii, 664 p. ISBN 9788597004113 (v.1).	Básica
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 631 p. ISBN 9788502226548(v.1).	Complementar
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: parte geral e LINDB. 14. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: JusPodivm, 2016. 855 p. ISBN 9788544207338 (v.1).	Complementar
TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil: volume único . Rio de Janeiro: Forense, 2011. 1356 p. ISBN 978-85-309-3463-7.	Complementar
TEPEDINO, Gustavo. A parte geral do novo código civil: estudos na perspectiva civil-constitucional. 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. xxxiii, 501 p. ISBN 9788571476035.	Complementar
WALD, Arnoldo.. Direito civil: introdução e parte geral. 11ª ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2009. 321 p. ; (Curso de Direito Civil Brasileiro) ISBN 9788502058514	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/6
Componente curricular:	20942 - Direito Internacional Privado - Turma: CHADIR-6N
Professor:	28533 - Claudia Cinara Locateli
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

Fontes. Conflito de lei. Qualificação e elemento de conexão. Interpretação e prova do direito material estrangeiro. Competência internacional. Arbitragem internacional. Cooperação judiciária: carta rogatória, homologação e execução de sentença estrangeira. Auxílio direto.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular Direito Internacional Privado analisa as regras aplicadas aos litígios relacionados à situações jurídicas conectadas a mais de um ordenamento jurídico. Os conteúdos fornecem suporte teórico-prático à compreensão e resolução dos conflitos de lei no espaço, com conexão internacional. Proporciona conhecimento dos métodos usuais na solução dos litígios judiciais/arbitrais, da aplicação do direito material indicado na Lei de Introdução das Normas de Direito Brasileiro, das regras processuais e de jurisdição. Os conhecimentos são imprescindíveis à sólida formação jurídica, em especial pelo viés privado e extraterritorial.

4 OBJETIVOS

Geral:

- Analisar e compreender a aplicação das normas vigentes para solucionar os conflitos de lei no espaço, com conexão internacional.

Específicos:

- Compreender a teoria geral do Direito Internacional Privado a partir de seu conceito, objeto, objetivos e fontes;
- Analisar a estrutura de qualificação das normas do Direito Internacional Privado: norma indicativa e resolutiva e o processo de escolha da lei aplicável ;
- Estudar os elementos de conexão do Direito Internacional Privado, com ênfase aos adotados pela lei brasileira.
- Compreender os limites a aplicação do direito material estrangeiro no processo em curso no judiciário brasileiro;
- Estudar o Direito Processual Civil Internacional: jurisdição internacional, competência absoluta e relativa, a cooperação judiciária, cartas rogatórias ativas e passivas, caução, o processo de homologação de sentenças judiciais e laudos arbitrais estrangeiros.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
16/03/2019 08:00 - 14:00	Apresentação do Plano de Ensino. Análise teórica do conceito, classificações e teorias de Direito Internacional Privado. Estrutura das normas de Direito Internacional Privado (DIPr) - Qualificação: compreensão do processo de qualificação das normas; - Elementos de conexão: nacionalidade, domicílio, lex rei sitae; autonomia da vontade; lex fori; lex loci celebrationis; lex loci delicti commissi; entre outros; - Objetos de conexão: casamento, sucessão, divórcio, obrigações, contratos, entre outros;	Aula expositiva dialogada. Desenvolvimento de atividade por meio de metodologia ativa.
23/03/2019 08:00 - 11:50	Análise da normas de Direito Internacional Privado (aplicação do direito material) - Personalidade, capacidade, nome e direitos de família - Casamento no Brasil e no consulado; - Invalidade do casamento; - Regime de bens; - Alteração do regime de bens;	Atividade extraclasse. Análise de julgados.

	- Divórcio; - Domicílio;	
30/03/2019 08:00 - 11:50	Análise das normas de Direito Internacional Privado (aplicação do direito material) - Bens móveis e imóveis; - Obrigações; - Sucessão; - Pessoa jurídica;	Aula expositiva-dialogada. Análise julgados.
06/04/2019 08:00 - 11:50	Atividade avaliativa (A1.1)	Trabalho em grupo.
13/04/2019 08:00 - 11:50	Análise das normas de Direito Internacional Privado (aplicação do direito processual) - Competência; - Provas; - Desconhecimento da lei estrangeira; - Homologação e execução de sentença estrangeira; - Homologação e execução de laudos arbitrais; - O reenvio e aplicação no Brasil;	Aula expositiva-dialogada. Análise de julgados.
27/04/2019 08:00 - 11:50	Preceitos fundamentais do Direito Internacional Privado - Soberania nacional; - Ordem pública; - Bons costumes; Instituições jurídicas desconhecidas - Adaptação ou aproximação Prova abrangente	Atividade avaliativa
04/05/2019	Devolutiva da prova abrangente - Correção .	

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Para fins de aferição e promoção do aprendizado, serão adotados dois instrumentos de avaliação: prova escrita e trabalhos em grupo. As avaliações serão compostas por questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas práticos na área do Direito Internacional Privado, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula. Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas.

- A média correspondente a A1 (1 e 2) será composta por avaliações individuais, sem consulta, e trabalhos desenvolvidos em grupo.
- A nota da A1 abrangente será auferida pelo aproveitamento do acadêmico na prova abrangente, composta por questões objetivas e dissertativas, com consulta a Lei de Introdução das Normas de Direito Brasileiro, que valerá 10,0.

O não comparecimento em uma das avaliações escritas, com justificativa, permitirá realizar a avaliação na modalidade oral, em época especial no encontro seguinte a aplicação da prova.

* Os alunos que obtiverem média 5,0 no Simulado OAB terão acréscimo de 1,0 numa das notas parciais de A1.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
AMORIM, Edgar Carlos de; OLIVEIRA JUNIOR, Vicente de Paulo Augusto de. Direito internacional privado . 13. ed. Rio de Janeiro: JHMizuno, 2014. 336 p. ISBN 9788577891986.	Básica
ARAUJO, Nadia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira . 5. ed., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. 660 p. ISBN 9788571477988.	Básica
RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática . 18. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016. 421 p. ISBN 9788547203542.	Básica
DIREITO internacional privado. Curitiba: Juruá, 2002. 278p. : ISBN 8573949260	Complementar
Acesso ao sistema Saraiva on line	Complementar
BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado . São Paulo: Atlas, 2009. xviii, 350 p. ISBN 9788522454471.	Complementar
DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Direito internacional privado: abordagens fundamentais, legislação, jurisprudência . 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 319 p. ; ISBN 8530916735	Complementar
DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: (parte geral) . 9. ed., atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. 578 p. ISBN 9788571476912.	Complementar
O acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os periódicos.	Complementar
STRENGER, Irineu. Direito internacional privado . 5. ed. São Paulo: LTr, 2003. 1077 p. ; ISBN 8536103507	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/5
Componente curricular:	17320 - Direito Internacional Publico - Turma: CHADIR-5NB
Professor:	28533 - Claudia Cinara Locateli
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

Globalização e relações internacionais. Sujeitos do Direito Internacional. Fontes. Formação das normas e relação com direito interno. Responsabilidade internacional. Solução de litígios (mecanismos e órgãos). Relações diplomáticas e consulares. Condição jurídica do estrangeiro. Organizações Internacionais. Direito da integração. Direito do mar e espaço aéreo. Domínio público internacional.

3 JUSTIFICATIVA

O estudo das relações internacionais, caracterizadas pela complexidade, constituem-se na interpretação sistêmica do trato político, econômico, social entre diferentes Estados cujos efeitos transcendem as fronteiras de um país. Ao Direito Internacional Público compete regulamentar as relações entre atores globais com objetivo de permitir uma convivência pacífica, realizar os interesses comuns e concretizar valores na sociedade global. As decisões em âmbito internacional transformam-se em tratados que podem ser internalizados, fato que torna imprescindível a compreensão, de forma sistemática e crítica, da abrangência e hierarquia do direito extraterritorial e das regras que orientam a funcionalidade dos processos de integração e cooperação. O Direito Internacional Público justifica-se por contribuir com formação jurídica qualificada, crítica e humanizada.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender as categorias e instituições regulamentadas pelo Direito Internacional Público, proporcionando assimilação estruturada, pelo método reflexivo-crítico, indispensáveis à formação jurídica e ao exercício profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os atores/sujeitos do Direito Internacional Público e a aquisição da personalidade jurídica;
- b) Entender a formação e recepção dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro;
- c) Analisar as formas de resolução dos conflitos no âmbito internacional;
- d) Estudar a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil;
- e) Analisar o direito comunitário, sua formação, características e efeitos no ordenamento jurídico dos países-membros.
- f) Estudar o direito do mar, do espaço aéreo e do domínio público internacional.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
12/02/2019 19:00 - 22:35	Noções Gerais: pessoas e sujeitos do direito internacional. Personalidade Jurídica. Direito Internacional Público. Fontes do direito internacional público e Conflito de leis.	Apresentação do Plano de Ensino. Aula expositiva-dialogada.
19/02/2019 19:00 - 22:35	Tratados Internacionais. Classificação. Terminologias. Classificação. Extinção. A hierarquia. Os tratados de rito simplificado. Os Tratados de direitos humanos. Teorias de incorporação dos tratados: monista e dualista. Efeitos no ordenamento jurídico interno.	Aula expositiva-dialogada. Resolução questões de concursos.
26/02/2019 19:00 - 22:35	Controle de convencionalidade dos tratados.	Aula expositiva dialogada.
12/03/2019 19:00 - 22:35	Solução dos litígios internacionais. Meios diplomáticos, político, jurídicos, jurisdicionais e coercitivos. Arbitragem. Mediação. Cortes Judiciais.	Aula expositiva-dialogada.
19/03/2019 19:00 - 22:35	Institutos humanitários: asilo político, refúgio e proteção diplomática. Os	Estudo de casos.

	direito étnicos-raciais - a situação dos haitianos no Brasil.	
26/03/2019 19:00 - 22:35	Representações diplomáticas e consulares: Convenção de Viena (normas internacionais e internas); Embaixadores: funções administrativas; Imunidade e privilégios dos embaixadores; Cônsules: funções administrativas; Imunidades e privilégios	Resolução questões concursos.
02/04/2019 19:00 - 22:35	Prova Parcial de A1.1	Aplicação avaliação.
09/04/2019 19:00 - 22:35	Lei das Migrações: Princípios. Valores. Vistos e direito de residência	Aula expositiva-dialogada e resolução de questões práticas-julgados.
16/04/2019 19:00 - 22:35	Medida de afastamento - deportação, expulsão e extradição.	Resolução questões de concursos e análise de julgados.
23/04/2019 19:00 - 22:35	Nacionalidade: Conceito; Nacionalidade originária; Nacionalidade derivada; Naturalização e seu procedimento; Perda da naturalização. Ação de opção de nacionalidade.	Aula expositiva-dialogada. Resolução questões práticas.
30/04/2019 19:00 - 22:35	Prova Parcial - A1.2	Aplicação prova.
07/05/2019 19:00 - 22:35	Organizações internacionais. Direito Comunitário: Mercosul: formação, composição, evolução, natureza jurídica e o sistema de solução de conflitos.	pesquisa, leitura de textos e resolução de questões
TAE	Pesquisa acerca do direito comunitário e organizações internacionais	Trabalho em grupo
21/05/2019 19:00 - 22:35	Seminário I a) Organização das Nações Unidas b) Organização dos Estados Americanos c) Organização Mundial do Comércio d) Organização Internacional do Trabalho	Mesa redonda
28/05/2019 19:00 - 22:35	Seminário II a) Responsabilidade internacional. As intervenções para fins humanitários. As indenizações e demais ações. b) Tribunal Penal Internacional. c) Domínio Internacional d) Tráfico humano e) Deslocamento internacional de crianças - Convenção de Haia	Mesa redonda
04/06/2019 19:00 - 22:35	Seminário III d) Organização Mundial do Comércio; e) Organização Internacional do Trabalho; f) Organização dos Estados Americanos; g) Domínio Público Internacional. Direito do Mar e espaço aéreo. Tribunais.	Mesa redonda
11/06/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 - Prova abrangente	Aplicação prova.
18/06/2019 19:00 - 22:35	Devolução provas corrigidas, análise das questões, revisão final.	Encerramento componente curricular.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliações escritas, A1 e A2, conforme regulamento da UNOESC.

Para fins de aferição e promoção do aprendizado, serão adotados dois instrumentos de avaliação: prova escrita e trabalho em grupo.

As avaliações serão compostas por questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas práticos na área do Direito Internacional Público, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula.

Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas.

- A avaliação A1.1 será composta por uma prova individual e sem consulta, contendo questões objetivas e discursivas, que valerá 10,0;

- A avaliação A1.2 será aferida por meio do trabalho desenvolvido em grupo e apresentação por mesa redonda, que valerá 10,0.

- A nota da A1.3 será auferida pelo aproveitamento do acadêmico na prova abrangente, composta por questões objetivas e dissertativas, sem consulta, que valerá 10,0.

O não comparecimento em uma das avaliações escritas, com justificativa, permitirá realizar a avaliação na modalidade oral, em época especial, na semana seguinte a prova regular.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e.; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público . 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 1000 p. ISBN 9788547201258.	Básica

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público . 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 1273 p. ISBN 9788520367704.	Básica
MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público . 15. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 2 v. ISBN 8571474168 (V. 1).	Básica
ACCIOLY, Hildebrando; Silva, G. E. do Nascimento; Manual de direito internacional público . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado . São Paulo: Atlas, 2012. FERREIRA JÚNIOR, Lier Pires; CHAPARRO, Verônica Zarate. Curso de Direito Internacional Privado . Rio de Janeiro: Freitas Basso, 2010. REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. STRENGER, Irineu. Direito internacional privado . 3. ed., aum. São Paulo: LTr, 2010.	Complementar
Os alunos têm acesso a Unoesc Virtual, Saraiva Virtual e periódicos.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/2
Componente curricular:	11443 - Direitos Humanos e Democracia - Turma: CHADIR-2N
Professor:	275545 - Camilia Susana Faler
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

A construção histórica dos direitos humanos. Os direitos sociais e as desigualdades econômicas. A construção da democracia contemporânea na América Latina. Os regimes, trajetórias e crises da atual democracia latino americana. Estado, democracia e sociedade civil. Os movimentos sociais e a construção de uma sociedade democrática. As relações entre o legal e o justo na América Latina..

3 JUSTIFICATIVA

As Universidades cumprem um papel social e científico através da produção do conhecimento nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. É dentro destes espaços que se estuda, pesquisa e se articula a prática profissional, através do contato com sujeitos, grupos e suas realidades. É neste sentido que a universidade, torna-se um ambiente base para o desenvolvimento científico e tecnológico, e exercem um compromisso com a coletividade, na perspectiva da promoção da justiça social, da democracia, da cidadania e da paz, através de uma formação ética política e técnica. É neste conjunto de obrigações e papéis que a disciplina de Direitos Humanos e Democracia vem possibilitar aos acadêmicos a compreensão dos direitos humanos no arcabouço teórico e jurídico de documentos nacionais e internacionais que os fundamenta, tornando-se uma área indispensável de aprendizagem no processo de formação e construção do conhecimento para o curso de Direito. A articulação destes eixos ementários da disciplina incide na compreensão de um conjunto de princípios, conceitos, doutrinas e legislações, que se relaciona intrinsecamente com a formação profissional e humana. Por outro lado, conhecer estas temáticas permite subsidiar a formação especialmente para o campo social, o qual aponta para a necessidade de uma compreensão global da realidade, como um espaço de afirmação de direito e enfrentamento das demandas individuais e coletivas.

4 OBJETIVOS

Possibilitar a compreensão dos direitos humanos ante a construção dos tratados e demais documentos nacionais e internacionais, os quais refletem a conquista da cidadania e respeito a pessoa humana.

Compreender a constituição dos Direitos humanos, garantias fundamentais e proteção do indivíduo e do coletivo

Compreender a constituição dos direitos humanos na América Latina e no Brasil através de uma abordagem reflexiva compreensiva das legislações e a organização do Estado democrático

Entender o papel dos movimentos sociais no legado da democracia na América Latina

Estudar e refletir sobre os direitos sociais na perspectiva de enfrentamento das desigualdades sócioeconômicas

Refletir sobre a importância da atuação profissional interdisciplinar na perspectiva da garantia dos direitos humanos

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
15/02/2019 19:00 - 22:35	Apresentação da turma Discussão e apresentação do plano de ensino e da metodologia das aulas para o semestre. Estado, democracia e sociedade civil conceitos e definições	Leitura e discussão do Plano de ensino, objetivo apresentar e aprovar com os alunos o conteúdo programático da disciplina para o semestre. Leitura dialogada do texto
22/02/2019 19:00 - 22:35	Direitos Humanos: conceito, fundamentos e Características.	Aula expositiva dialogada, debates e construções de sínteses
	Evolução Histórica dos Direitos Humanos Código de	Descreva os principais direitos de cada

01/03/2019 19:00 - 22:35	Hammurabi 1690 ac Cristianismo, Magna Charta Libertatum 1215 Inglaterra, Petition of Right 1628 Habeas Corpus ACT 1679, Bill of Rights 1689, Declaração dos Direitos da Virgínia 1776 Declaração de Independência dos EUA 1776, Constituição dos EUA, Constituição Francesa 1791, Constituição Espanhola 1812, Constituição Portuguesa 1822, Declaração dos Direitos da Constituição Francesa 1848, Constituição Mexicana 1917, Constituição Weimar, Declaração soviética do Povo Trabalhador e explorado 1918, Carta do Trabalho 1927 Evolução histórica dos direitos humanos nas constituições brasileiras Constituição política do Império 1824, Constituição Republicana 189, Constituição de 1937 Constituição de 1946, Constituição de 1967 Identifique relacione os DH propostos na Declaração Universal dos DH(1948) com artigo 5º da CF(1988)	época. Atividade avaliativa(5,0) pontos A1-1
08/03/2019 19:00 - 22:35	Entendendo a concepção contemporânea de direitos humanos na perspectiva os direitos coletivos e direitos individuais no arcabouço social, teórico e jurídico, no contexto mundial. A ONU e os Direitos Humanos	Aula expositiva dialogada, debates e construções de sínteses
TAE	A proteção dos direitos humanos nas relações com: violência, tráfico humano - trabalho escravo- desigualdade social(brasileira, continental- contexto mundial) - migração/refugiados- Direitos e garantias fundamentais das minorias- discriminação, preconceito- racismo - conflitos armados - diversidade religiosa, direitos das crianças e adolescentes, pessoas idosas, com deficiência, LGBT etc	Pesquisa documental e bibliográfica - Leituras, interpretações e análise e construção de Resenha Crítica avaliação(5,0) A1-1
22/03/2019 19:00 - 22:35	América Latina e seus desdobramentos: regimes, trajetórias e crises Estrutura e missão da Organização dos Estados Americanos OEA	Aula expositiva através de leitura e interpretação do texto indicado no referencial teórico. Debate interativo durante a exposição. construção de sínteses data final para entrega de Resenha Crítica
29/03/2019 19:00 - 22:35	Direitos Humanos no Sistema Interamericano	Aula expositiva dialogada análise de casos
05/04/2019 19:00 - 22:35	Os direitos sociais e as políticas públicas no enfrentamento das desigualdades sócio econômicas no contexto brasileiro. Ministério dos Direitos Humanos competências e estruturas	Aula expositiva através de leitura e interpretação do texto indicado no referencial teórico. Debate interativo durante a exposição, exemplificações da construção das Políticas públicas brasileira
12/04/2019 19:00 - 22:35	Avaliação	Prova com questões descritivas e objetivos conteúdo do semestre e apresentado em aula

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A-1- 1- Avaliação Resenha Crítica - nota zero a cinco(0-5) construção escrita individual, sendo a escolha por uma temática que relacione os Direitos Humanos -proteção e garantia a um determinado grupo, território, ou questão social contemporânea(entrega em até 22/03).
Questões sobre evolução histórica Direitos Humanos (0-5)
Entrega dos trabalhos está condicionado a presença nestes dias

A1-2- Prova. Aplicação de uma prova escrita abrangente sem consulta de material terá peso 10,0 (dez).

Para os alunos que atingirem média inferior a 7,0 deverão fazer o exame final, sendo uma prova abrangendo todo conteúdo programático do semestre sem consulta ou material de apoio.

Observação: Os acadêmicos para subsidiar as pesquisas nesta área, podem acessar o acervo da Editora Saraiva Virtual, e no site da Unoesc Virtual lograr de acervos da rede de bibliotecas da Unoesc como Portal de periódicos e bases de dados, os quais, disponibilizam referências da área do direito humanos.

Os alunos devem participar da avaliação Institucional que ocorrerá em final do semestre

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 16. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016. 735 p. ISBN 9788502638686.	Básica
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais . 12. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. 512 p. ISBN 9788573489354.	Básica
TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos . 2. ed., rev. atual. Porto Alegre: SAFE, 2003. 640 p. ISBN 8588278863.	Básica
BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. Lua Nova 1995, n.36 pp.85-104.	Complementar
SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; ROCASOLANO, Maria Mendez. Direitos Humanos - Conceito, Significados e Funções . Saraiva. São Paulo, 2010	Complementar
FICO Carlos; Ferreira, Marieta de Moraes. Ditadura e Democracia na América Latina . FGV, São Paulo, 2008	Complementar
PIOVESAN, Flávia. Direito Internacional Dos Direitos Humanos - Col. Para Entender Direito . Estúdio Editores.Com. São Paulo, 2014	Complementar
BRASIL Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - - Rev. e atual. - - Brasília : SDH/PR, 2010	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/1
Componente curricular:	11438 - História das Instituições Jurídicas - Turma: CHADIR-1N
Professor:	288014 - Leonardo Dlugokenski
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/1

2 EMENTA

A Pré-História do Direito. O Direito nas Primeiras Civilizações. O Direito Romano. O Direito Medieval. O Direito e o Estado Moderno: Constitucionalismo e Codificação civil. O Direito na sociedade capitalista. Os Direitos na América Pré-Colombiana. História do Direito do Brasil: Período das Ordenações e Codificações.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina denominada "História das Instituições Jurídicas" pretende demonstrar o surgimento das diversas instituições jurídicas nas grandes civilizações da antiguidade como também a sua influência no ordenamento jurídico da atualidade.

4 OBJETIVOS

4.1 Geral:

Apresentar aos discentes de forma objetiva, crítica e reflexiva, a influência histórica e prática das instituições jurídicas das grandes civilizações sobre o ordenamento jurídico vigente no ocidente.

4.2 Específico:

- Examinar a problemática das instituições jurídicas ocidentais a partir de suas raízes históricas geradas pelo legado cultural greco-romano.
- Proporcionar aos alunos os instrumentos teóricos necessários para uma releitura desmistificadora das instituições jurídicas compreendendo a sua influência no direito da pós modernidade.
- Discutir criticamente a historicidade das instituições jurídicas e sua influência no Brasil sob os aspectos social, ético, cultural e político

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
14/02/2019 19:00 - 22:35	Apresentação da disciplina e de sua respectiva ementa. Introdução a história das instituições jurídicas. Estudo do direito dos povos sem escrita.	Aula expositiva e dialógica (utilização de esquemas no quadro).
TAE	TRABALHO ACADÊMICO EFETIVO: Confeção de um artigo individual ou em duplas, seguindo as normas da ABNT para ser entregue no dia 30 de maio de 2019, cujo o tema deve estar presente no ementário da disciplina. Todos os conteúdos trabalhados na disciplina ao longo do semestre.	TRABALHO ACADÊMICO EFETIVO: Confeção de um artigo individual ou em duplas, seguindo as normas da ABNT para ser entregue no dia 30 de maio de 2019, cujo o tema deve estar presente no ementário da disciplina. Todos os conteúdos trabalhados na disciplina ao longo do semestre.
21/02/2019 19:00 - 22:35	Direito da antiguidade. O direito egípcio e suas instituições. O antigo império egípcio. O período, os povos e o direito cuneiforme. O código de Hamurabi O direito hebraico	aula expositiva e dialógica
28/02/2019 19:00 - 22:35	A formação da Grécia e do direito grego. Atenas e suas leis. A Grécia clássica (Dracon, Sólon e Clístenes). A apologia de Sócrates (exemplo da forma utilizada pelos atenienses para julgar os indivíduos).	Aula expositiva e dialógica (utilização de esquemas no quadro). Aplicação do método Phillips 66.
	A apologia de Sócrates (exemplo da forma utilizada	1 tempo da aula - aula expositiva e

07/03/2019 19:00 - 22:35	pelos atenienses para julgar os indivíduos).	dialógica. 2 tempo da aula - exibição de trecho do filme Sócrates, onde é retratado o seu julgamento.
14/03/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial	Avaliação individual, sem consulta e presencial
21/03/2019 19:00 - 22:35	Direito romano A divisão da sociedade romana (patrícios e escravos). A formação da legislação romana. Período da realeza. Direito romano parte II: Lei das XII tábuas: Família Direito Penal Patrimônio Processo civil	aula expositiva e dialógica
28/03/2019 19:00 - 22:35	As invasões bárbaras e o fim do império romano. Alguns sistemas jurídicos dos povos bárbaros.	Aula expositiva e dialógica
04/04/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial	Prova individual, sem consulta e presencial.
11/04/2019 19:00 - 22:35	A idade das trevas: a organização política entre o Clero, a nobreza e a vassalagem.	aula expositiva e dialógica.
25/04/2019 19:00 - 22:35	O sistema jurídico inquisitorial.	1 tempo da aula - aula expositiva e dialógica. 2 tempo da aula - a- Escolha dos promotores e escolha dos defensores e do acusado. b - apresentação de um documentário sobre o livro "o martelo das feiticeiras"
02/05/2019 19:00 - 22:35	Os códigos napoleônicos	Aula expositiva e dialógica. Brainstorm
09/05/2019 19:00 - 22:35	A luta pela codificação do direito: as escolas do direito	Aula expositiva e dialógica
16/05/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial	Avaliação individual, sem consulta e presencial..
23/05/2019 19:00 - 22:35	1 tempo da aula: Instituições, retórica e o bacharelismo no Brasil. 2 tempo da aula: Orientação dos artigos.	Phillips 66
30/05/2019 19:00 - 22:35	O Brasil e a república Entrega dos artigos	Entrega dos artigos. Aula expositiva e dialógica.
06/06/2019 19:00 - 22:35	Juri simulado.	Juri simulado.
13/06/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1 abrangente.	Prova individual, sem consulta e presencial.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação seguirá as disposições expressas no Regimento da UNOESC. A mesma contemplará os aspectos quantitativos e qualitativos do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração as potencialidades individuais do acadêmico. Dessa forma, quer-se avaliar os mais diversos aspectos que envolvem as atividades disciplinares e interdisciplinares.

A A1 será composta por 3 notas:

- Nota 1 [Peso 10,0]: Prova parcial (Peso 10),

- Nota 2 - Peso 10,0]: Prova parcial (Peso 10),.

- Nota 3 - Peso 10,0]: Prova parcial (Peso 10),

Nota 4 - [Peso 10,0]: Produção de um artigo científico (Peso 10).

-Nota 5 Peso 10,0]: Prova abrangente (cumulativa, individual, sem consulta, com questões objetivas e dissertativas).

Observações:

- Será considerado aprovado o acadêmico que tenha frequência igual ou superior a 75% e tiver alcançado média semestral igual ou superior a 7,0 (sete).

- Os alunos que obtiverem média semestral (A1) igual ou superior a 4,0 (quatro), mas não atingirem a média semestral (A1) igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, submeter-se-ão ao exame final (A2).

Além destes critérios de avaliação, salienta-se:

- Participação/execução: envolvimento nas aulas, comprometimento com o bom andamento da disciplina (ordem, respeito em sala de aula...), execução das tarefas solicitadas (leituras, execução de tarefas solicitadas em aula e/ou extra-classe, intervenções...).

- Frequência/assiduidade: observar-se-á a presença do aluno em sala de aula, bem como horário de chegada e de saída. De acordo com o Regimento da Instituição e a legislação educacional vigente, o acadêmico necessita, para efeitos de aprovação, da frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina. Ultrapassado tal percentual, o acadêmico será considerado reprovado.

- Prazos: trabalhos solicitados e não entregues no prazo estipulado não serão aceitos exceto mediante entrega de atestado de saúde.

Bibliografia para estudo: Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os periódicos da nossa bibliote

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
------------	------

CRETELLA JUNIOR, José. Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro no novo código civil. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. xv, 352 p. ISBN 9788530905569.	Básica
Fustel de Coulanges. A cidade antiga. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 528 p. (RT-textos fundamentais ; 7). ISBN 9788520339657.	Básica
WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 207 p. ISBN 9788530965549.	Básica
O acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os nossos periódicos.	Complementar
HOBBSAWN, Eric J. RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2012. ISBN 9788577532094	Complementar
ARAÚJO, Alexandre de Carvalho e. História da Origem da Inquisição em Portugal. Porto Alegre, Pradense. 2002. ISBN 8589072029	Complementar
DEMO, Wilson. Manual de História do Direito. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2000.	Complementar
GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/5
Componente curricular:	11484 - Atividades Curriculares Complementares III - Turma: CHADIR-5N
Professor:	316821 - Rodrigo Otavio Cruz e Silva
Nr. créditos/Carga Horária:	1/15
Período letivo:	2019/2

2 EMENTA

Como previsto no item ORGANIZAÇÃO CURRICULAR deste Projeto, cada Campus oferecerá Atividades Curriculares Complementares pré-estabelecidas singulares, a serem, como prevê o Projeto Pedagógico Institucional PPI da UNOESC, definidas pelo Colegiado do Curso e promovidas pela Instituição.

3 JUSTIFICATIVA

J u s t i f i c a t i v a .
 Trata-se de disciplina fundamental para o estudo e aprendizado da pesquisa jurisprudencial, capacitando o acadêmico para a fundamentação e elaboração de peças nos seus diversos ramos do direito.

4 OBJETIVOS

Geral:

A partir do processo de construção do conhecimento (leituras, exposições e debates) capacitar o(a) aluno(a) a conhecer as técnicas da pesquisa jurisprudencial.

Específicos:

Compreender a importância da jurisprudência na formação das peças.

Conhecer as modalidades de pesquisa jurisprudencial.

Conhecer conceitos: jurisprudência, precedente, acórdão, súmulas, sentenças, acórdão em regime de julgamento de recursos repetitivos ou repercussão geral, informativos de tribunais superiores, enunciados.

Capacitar para a prática do direito.

Metodologia.

Aulas expositivas dialogadas; seminários temáticos; Indicação de bibliografia crítica; Arguição e debates a partir das leituras; Fichamentos e elaboração de trabalhos; Trabalhos Acadêmicos Efetivos; Trabalhos a serem apresentados pelos alunos; Estudos de caso (jurisprudência) individual ou em grupo.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
17/08/2019 08:00 - 14:00	Teoria Jurisprudencial: A jurisprudência e a pesquisa jurisprudencial Conhecer as principais fontes de jurisprudência nacional Compreender ementas, sentenças, acórdãos, informativos de tribunais superiores, súmulas, enunciados, e a melhor técnica para análise	Aula expositiva dialogada
24/08/2019 08:00 - 14:00	Prática Jurisprudencial Exposição de temas relevantes para a pesquisa jurisprudencial Elaboração de trabalho avaliativo - voltado à prática da pesquisa jurisprudencial	Encontro presencial - realização de atividade prática pelos acadêmicos
31/08/2019	Trabalho Acadêmico Efetivo (TAE) - resolução de trabalho avaliativo composto por dez temas gerais a serem objeto de pesquisa nos diversos tribunais (ex. STF, STJ, TJSC, TRF4, TST, TRE) tal como especificado, devendo os acadêmicos entregarem até 05 de setembro 2019.	Trabalho Acadêmico Efetivo - resolução de questionário e pesquisa jurisprudencial em portais dos tribunais. Não presencial.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Para avaliar o desenvolvimento intelectual do aluno, e definir a média A1, serão realizadas atividades avaliativas de cunho prático. Está prevista a elaboração de trabalho de pesquisa com dez ou mais temas predeterminados a serem objeto de pesquisa nos sítios eletrônicos de determinados tribunais. Os acadêmicos deverão apresentar a jurisprudência por meio da elaboração de parágrafo geral introdutório sobre o tema, e, após a citação do julgado, elaborar um ou dois parágrafos específicos relacionando a ementa ao caso concreto apresentado.

A entrega do trabalho pelo acadêmico no prazo definido é imprescindível à avaliação e aprovação na disciplina. O trabalho deverá ser entregue impresso e em folha A4.

Além da atividade acima, poderão ser realizadas avaliações parciais na forma de prova escrita que, a critério do professor, podem ser substituídas por trabalhos individuais ou em grupo que explorem capacidades constantes no Projeto Pedagógico do Curso. Por se tratar de disciplina específica como atividade complementar na formação do(s) acadêmico(s), e com o viés prático será priorizado na avaliação, com a elaboração de peça jurídica conforme orientação passada em sala de aula.

Por outro lado, nada impede que possa vir a ser adotada a forma de avaliação abaixo:

A média de A1 será composta pelas seguintes atividades, em média aritmética:

a) Avaliação Parcial 1 (10): Prova composta de questões objetivas e dissertativas.

b) Avaliação Parcial 2 (10): Prova composta de questões objetivas e dissertativas.

* Sobre a Avaliação Parcial 2 poderá ser acrescido 1,0 (um ponto) decorrente da participação do aluno em Avaliação Multidisciplinar organizada pela coordenação, com desempenho-média acima de 7,0 (sete).

c) Avaliação Final (10): prova individual e escrita de conteúdo abrangente e individual, com questões objetivas e dissertativas.

Uma forma alternativa de avaliação, a depender do andamento das atividades acadêmicas, poderá consistir no desenvolvimento de:

a) Trabalhos Acadêmicos Efetivos (TAEs): trabalho composto pela elaboração de textos, fichamentos, pesquisas ou resolução a

questionários a partir de bibliografia indicada pelo professor - peso 30%, ou a definir.

b) Avaliação Parcial: Prova composta de questões objetivas e discursivas, peso de 70%, ou a definir.

c) Avaliação Final (10): prova individual e escrita de conteúdo abrangente e individual, com questões objetivas e dissertativas. Ou

d) Trabalho com teoria e prática sobre o tema da disciplina.

Caso o(a) aluno(a) falte à avaliação parcial, a segunda chamada será realizada por meio de prova oral, a partir de 10 pontos elencados pelo professor da disciplina. Para tanto, o aluno deverá observar os requisitos e prazos regimentais para requerer a realização da prova.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo	
BARRAL, Welber. Metodologia da pesquisa jurídica . Florianópolis: Boiteux, 2007. 194 p. : ISBN 9788573088977	Básica	
FREIRE, Alexandre. Comentários ao Código de Processo Civil . 2. São Paulo Saraiva 2017 1 recurso online ISBN 9788547220471.	Básica	eBook
ROSSI, Júlio César. Precedente à brasileira : a jurisprudência vinculante no CPC e no Novo CPC. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597000528.	Básica	eBook
SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional . 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016. 1440 p. ISBN 9788574204570.	Básica	
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Processo de conhecimento . 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 718 p. (Curso de Processo civil ; 2). ISBN 9788520342893.	Complementar	
MEZZARROBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito . 7. São Paulo Saraiva 2016 1 recurso online ISBN 9788547218737.	Complementar	eBook
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional (processo comum de conhecimento e tutela provisória) . 17. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters: Revista dos Tribunais, 2018. 941 p. ISBN 9788553210374 (v. 2).	Complementar	

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/4
Componente curricular:	10220 - Direito Administrativo II - Turma: CHADIR-4N
Professor:	29453 - Janaina Reckziegel
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/2

2 EMENTA

Responsabilidade civil do Estado; Agentes e servidores públicos; Improbidade administrativa e aspectos destacados; Domínio Público; Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio público; Responsabilidade fiscal - aspectos destacados.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina tem aspectos bastante relevantes tanto na legislação/jurisprudência e doutrina como na prática. O direito Administrativo é um instrumento de trabalho simultaneamente com a teoria, a realidade e a prática. Auxilia os profissionais a entender melhor todo o Sistema Administrativo Nacional, para que consigam atuar nos Órgãos das Esferas Administrativa e Judiciária.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral da disciplina:

Conhecer e compreender o conteúdo do Direito Administrativo para utilizá-lo na solução de questões relacionadas aos órgãos públicos em geral e processos judiciais.

Objetivos Específicos:

Entender o Sistema Administrativo Brasileiro e sua estrutura.
 Compreender a Organização Administrativa do Estado e a necessidade dessa organização.
 Desenvolver análise crítica sobre os Princípios que norteiam o Direito Administrativo.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
22/07/2019 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino da disciplina. Definição da metodologia do trabalho e de avaliação. Introdução das questões fundamentais que serão tratadas na disciplina. Princípios que norteiam o Direito Administrativo.	Aula expositiva e dialogada.
29/07/2019 19:00 - 22:35	AULA PRÁTICA SOBRE LICITAÇÕES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - TOMADA DE PREÇOS.	AULA PRÁTICA.
05/08/2019 19:00 - 22:35	Ato Administrativo: Conceito; Atos Administrativos Vinculados e Discricionários; Atributos, Requisitos/Elementos; Classificação.	Aula expositiva e dialogada.
12/08/2019 19:00 - 22:35	Agentes Públicos: Noção de Agente Público; Cargos e Funções; Regime Jurídico; Direitos e Deveres dos Servidores; Regime e Processo Disciplinar.	Aula expositiva e dialogada.
19/08/2019 19:00 - 22:35	Agentes Públicos: Noção de Agente Público; Cargos e Funções; Regime Jurídico; Direitos e Deveres dos Servidores; Regime e Processo Disciplinar.	Aula expositiva e dialogada.
26/08/2019 19:00 - 22:35	Processo Administrativo: conceito, princípios, fases, modalidades, meios sumários.	Aula expositiva e dialogada.
	Responsabilidade Civil do Estado: Conceito; Teorias; Elementos; Reparação do	Aula expositiva e dialogada.

02/09/2019 19:00 - 22:35	Dano; Ação Regressiva; Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa do Servidor Público.	
09/09/2019 19:00 - 22:35	Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação e terceirização, concessão e autorização.	Aula expositiva e dialogada.
16/09/2019 19:00 - 22:35	1ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA ENTREGA DA IDÉIA PRINCIPAL DA BIBLIOGRAFIA: STRECK, Lenio Luiz. O que é isto - decido conforme minha consciência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.	1ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA ENTREGA DA IDÉIA PRINCIPAL DA BIBLIOGRAFIA.
23/09/2019 19:00 - 22:35	T.A.E - Aula não presencial. Leitura indicada.	Aula não presencial.
30/09/2019 19:00 - 22:35	Domínio Público: conceito, classificação, aquisição, utilização e alienação de bens, regime jurídico administrativo de bens da União. Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio público.	Domínio Público: conceito, classificação, aquisição, utilização e alienação de bens, regime jurídico administrativo de bens da União. Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio público.
07/10/2019 19:00 - 22:35	Controle dos atos da administração: controle administrativo e jurisdicional. Revogação. Anulação, Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos do Consumidor e Administração. Tutela da probidade administrativa.	Aula expositiva, dialogada e prática. Mandado de Segurança.
21/10/2019 19:00 - 22:35	Controle dos atos da administração: controle administrativo e jurisdicional. Revogação. Anulação, Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos do Consumidor e Administração. Tutela da probidade administrativa.	Aula expositiva, dialogada e prática - Ação Popular.
26/10/2019	T.A.E - Aula não expositiva. Realização dos trabalhos para apresentação em grupo.	Aula não presencial.
28/10/2019 19:00 - 22:35	Controle dos atos da administração: controle administrativo e jurisdicional. Revogação. Anulação, Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação Civil Pública. Direitos do Consumidor e Administração. Tutela da probidade administrativa.	Aula expositiva, dialogada e prática - Ação Civil Pública.
04/11/2019 19:00 - 22:35	Lei de Responsabilidade fiscal - Lei Complementar 101/2000. Apresentação de grupos.	Lei de Responsabilidade fiscal - Lei Complementar 101/2000. Apresentação de grupos.
11/11/2019 19:00 - 22:35	T.A.E - Aula não presencial. Leitura indicada.	Aula não presencial.
18/11/2019 19:00 - 22:35	2ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA	2ª Prova A1 - TODA A MATÉRIA

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

O primeiro critério para aprovação é a frequência, sendo esta inferior a 75% o acadêmico reprova mesmo tendo média suficiente para passar sem exame.

A1 - Tipo de Avaliação - Valor

2 Provas Escritas (múltipla escolha e discursiva) 0 à 10

Entrega da idéia principal da bibliografia indicada. 1,0 na prova

Apresentação dos trabalhos pelos grupos - Lei de Responsabilidade fiscal - Lei Complementar 101/2000. Nota de 0 à 10.

Apresentação dos trabalhos sobre um dos tópicos relacionados a Lei de Responsabilidade Fiscal, a escolha do grupo, não podendo ser repetidos os assuntos. A nota será composta de 7 (sete) pontos para a consistência da pesquisa em doutrinas, jurisprudências, etc, 1 (um) ponto na entrega do resumo na hora da apresentação para todos os colegas e a professora (para poder acompanhar a apresentação) e 2 (dois) pontos para a forma de apresentação (dinâmica) desenvolvida. Todos os trabalhos deverão ser apresentados na data marcada previamente no plano de ensino, e todos os componentes do grupo deverão apresentar, pois a nota será da apresentação ao grande grupo. 0 à 10
TOTAL 100%

TOTAL 100%

A2 - Avaliação

Prova (múltipla escolha e discursiva): elaborada com base nas questões exigidas nos últimos concursos de Juiz Federal (4ª Região), Estadual (RS/SC), Procurador da República, Procurador do Estado (RS) e Promotor de Justiça (RS/SC), etc, e subjetiva.

TOTAL 100%

OBS: O aluno que precisar faltar no dia de prova (por motivo justificado e aceito pela UNOESC) e queira realizá-la, terá que seguir primeiro as regras do Regimento Interno da UNOESC para efetivar seu pedido e após este a prova será marcada em nova data, de FORMA ORAL.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 29. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. xxxii, 1063 p. ISBN 9788530968762.	Básica
GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo . 17. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2012. 1180 p. ISBN 9788502149229.	Básica
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 32. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2015. 1150 p. ISBN 9788539202737.	Básica
<p>ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo. 5. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.</p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 18. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.</p> <p>MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 42. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2016.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional Administrativo. 28ª ed., São Paulo: Atlas, 2012..</p> <p>STRECK, Lenio Luiz. O que é isto - decido conforme minha consciência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.</p> <p>O acadêmico poderá utilizar para fins de pesquisa e estudo as seguintes fontes on line disponíveis: Heinonline Academic Core, Saraiva Virtual, Unoesc Virtual entre outras disponíveis, bem como os periódicos.</p>	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/999
Componente curricular:	25415 - Direito Notarial - Turma: CHADIR-4N
Professor:	29462 - Jerri Adriani Barbieri
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2019/2

2 EMENTA

Noções preliminares. Fontes do Direito Notarial. Natureza jurídica do Notariado. A Constituição Federal, a Lei no 6.015/73 e a atividade notarial. Organização da atividade notarial. A função notarial: atribuição da escrituração, legalização, autenticação. A fé pública. Atos notariais. Responsabilidade, infrações e fiscalização. A atividade notarial e os negócios jurídicos. Retificações, restaurações e suprimientos de registros. Registros Públicos: espécies. Do registro civil das pessoas naturais. Do registro civil de pessoas jurídicas. Do registro de imóveis. Dos cartórios de títulos e documentos. Dos cartórios de protesto de títulos. A Lei Orgânica dos Notários e Registradores.

3 JUSTIFICATIVA

Na ciência do Direito, especificamente no domínio do Direito Privado, desponta com supremacia o Direito Civil, com características de Direito comum, básico ou fundamental, a reger a conduta dos indivíduos, em suas relações particulares. Em seqüência ao que foi ministrado nas disciplinas de Direito Civil, a disciplina de Direito Notarial é de suma importância na vida do acadêmico de Direito. Justifica-se seu aprendizado na necessidade de se ter uma boa orientação nas transações comerciais no dia-a-dia, conhecendo e analisando os tramites na esfera extrajudicial.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Trazer ao graduando condições para que possa aplicar as noções de Direito Notarial relacionando-as aos fatos cotidianos da vida profissional, desenvolvendo assim o senso crítico necessário para a formação e interpretação das diversas formas de contratos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Despertar o acadêmico para a importância do estudo do Direito Notarial e sua constante atualização;
- Proporcionar elementos atualizados de informação, relativos ao sistema extrajudicial;
- Capacitar e estimular o acadêmico para a análise e o raciocínio crítico;
- Capacitar o acadêmico para que este saiba fundamentar suas idéias num contexto de inter-relação da teoria com a prática.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
14/09/2019 08:00 - 11:30	Noções preliminares. Fontes do Direito Notarial. Natureza jurídica do Notariado.	Aula expositiva
21/09/2019 08:00 - 11:30	A Constituição Federal, a Lei no 6.015/73 e a atividade notarial. Organização da atividade notarial.	
TAE	A função notarial: atribuição da escrituração, legalização, autenticação. A fé pública. Atos notariais. Responsabilidade, infrações e fiscalização.	
05/10/2019 08:00 - 11:30	A atividade notarial e os negócios jurídicos. Retificações, restaurações e suprimientos de registros.	
19/10/2019 08:00 - 11:30	- Registros Públicos: espécies. Do registro civil das pessoas naturais. Do registro civil de pessoas jurídicas. - Do registro de imóveis. Dos cartórios de títulos e documentos.	
	- Registros Públicos: espécies. Do registro civil das pessoas naturais. Do	Aula expositiva

26/10/2019	registro civil de pessoas jurídicas. - Do registro de imóveis. Dos cartórios de títulos e documentos.	
26/10/2019 08:00 - 11:30	Dos cartórios de protesto de títulos. A Lei Orgânica dos Notários e Registradores.	Aula expositiva
09/11/2019 08:00 - 11:30	Avaliação	Aula expositiva

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Para obter aprovação o acadêmico deve contar com, no mínimo, 75% de frequência às aulas.

O ato de avaliar está presente em todos os momentos de nosso cotidiano, quando o indivíduo assume juízos e opiniões, que julga serem corretos, para a tomada de decisões. Ao tomar essas decisões, formando então juízos de valores, o indivíduo utiliza os aspectos pessoais somados às relações pessoais.

A avaliação efetiva se dará no curso do processo, com a cumulatividade do conteúdo ministrado no curso, nas relações de sala de aula, na compreensão e produção de conhecimento do aluno, através do seu desempenho no grupo e individual, resolução de questões subjetivas e objetivas, pesquisas (bibliográfica, livros, revistas, internet, jurisprudencial e casuística), arguições, trabalhos escritos, casos concretos, questionamentos orais e escritos, assiduidade, pontualidade e respeito nas relações de sala de aula.

Avaliação Conceitual: Participação e assiduidade nas aulas.

Prova em outra data: Só será feita segunda prova, após o aluno ter entrado com processo para abono de falta, conforme previsão legal, e, sendo este deferido será agendado com o professor a 2ª prova, em horário diferente da aula não ultrapassando 15 dias da data da aplicação da prova.

Abono de falta: Somente será abonado a falta o aluno que apresentar, dentro do prazo legal, atestado junto a coordenação observando os critérios do regimento interno.

Será realizado duas avaliações: uma A1.1 parcial e uma atividade abrangente, ambas com o auxílio do Código Civil, com datas previamente agendadas no plano de ensino. Estas datas poderão sofrer alterações no decorrer das aulas tendo em vista o acompanhamento da turma em relação a matéria, sendo as alterações previamente anunciadas com 15 dias de antecedência em sala de aula.

A prova, enquanto instrumento de avaliação, conterà questões de múltipla escolha (objetivas) e discursivas.

Demais orientações serão transcritas na prova.

Avisos:

- No tocante a bibliografia aplicada na disciplina, ressalta-se que o acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os periódicos da instituição.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
CENEVIVA, Wálter. Lei dos registros públicos comentada . 15. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2003. xliii, 641 p. ISBN 8502042017.	Básica
GOMES, Orlando. Direitos reais . 21. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. xxxvi, 462 p. ISBN 9788530942595.	Básica
GONÇALVES, Vania Mara Nascimento. Direito notarial e registral . Rio de Janeiro: Forense, 2006. xiv, 164 p. ISBN 9788530924461.	Básica
BRANDELLI, Leonardo. Teoria geral do direito notarial . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. 197p. ISBN 8573480807.	Complementar
MUKAI, Toshio. O estatuto da cidade : anotações à lei n. 10.257, de 10-7-2001. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. 257 p. ISBN 9788502182639.	Complementar
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Condomínio e incorporações . 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996. 566 p. ISBN 853090172X.	Complementar
SÉGUIN, Elida. Estatuto da cidade . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 211 p. ISBN 8530922417.	Complementar
TEPEDINO, Gustavo. Multipropriedade imobiliária . São Paulo: Saraiva, 1993. 137 p. ; ISBN 8502011308	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/4
Componente curricular:	10219 - Direito Penal III - Turma: CHADIR-4N
Professor:	45870 - Julivan Augusto Negrini
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/2

2 EMENTA

Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família.

3 JUSTIFICATIVA

Esta disciplina, bem como a metodologia adotada, têm a função de proporcionar ao acadêmico o conhecimento teórico e prático acerca dos tipos penais, possibilitando a correta interpretação e adequação dos mesmos aos casos concretos. Sua importância se justifica na necessidade de ser realizado um estudo detalhado dos crimes constantes neste componente curricular, para proporcionar ao acadêmico a possibilidade de dar efetividade as normas do Direito Material quando da ocorrência de um fato típico e posterior instauração de uma relação jurídica processual.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao aluno o conhecimento e a compreensão necessária acerca do estudo da matéria dos ilícitos penais analisados, fazendo com que o mesmo evolua no saber sobre as relações humanas e jurídicas que norteiam os bens jurídicos penalmente relevantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar ao aluno a aprendizagem e a maneira correta de interpretar as normas penais incriminadoras, para que o mesmo possa aplicá-las corretamente em sua atividade profissional.
- Estabelecer os critérios para a correta adequação típica de cada crime estudado, considerando suas particularidades.
- Analisar os crimes descritos em cada título de forma sistemática, para que o aluno possa diferenciar corretamente cada conduta criminosa estudada.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
24/07/2019 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino aos acadêmicos. Introdução à parte especial do Código Penal. Início do estudo dos crimes praticados contra a pessoa. Crime de Homicídio: considerações gerais, homicídio Simples e privilegiado.	Aula expositiva.
31/07/2019 19:00 - 22:35	Crimes contra a pessoa: Homicídio qualificado e causas especiais de aumento ou diminuição de pena.	aula expositiva.
07/08/2019 19:00 - 22:35	Homicídio (continuação). Estudo dos crimes de Induzimento e instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio e aborto.	Aula expositiva.
14/08/2019 19:00 - 22:35	Estudo do crime de lesões corporais.	Aula expositiva com apresentação de slides.
TAE	Aula Magna	Deverá ser apresentado ao professor, no final na aula, um relatório sobre o assunto abordado. Não será recebido nenhum relatório em data posterior.
28/08/2019 19:00 - 22:35	Estudo dos crimes de periclitación da vida e da saúde e do crime de rixa.	Aula expositiva, com apresentação de slides. Distribuição de exercícios para fins de revisão de conteúdo.

04/09/2019 19:00 - 22:35	Avaliação escrita A1/1 - Peso: 10,0 pontos.	Avaliação escrita, individual e sem consulta.
11/09/2019 19:00 - 22:35	Estudo dos crimes praticados contra a honra: Calúnia, Difamação e injúria. Estudo dos crimes praticados contra a liberdade individual.	Aula expositiva.
18/09/2019 19:00 - 22:35	Estudos dos crimes de inviolabilidade de domicílio e de correspondência. Dos crimes contra o patrimônio: Furto e furto de coisa comum.	Aula expositiva com apresentação de slides.
25/09/2019 19:00 - 22:35	Crimes contra o patrimônio: Roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro e extorsão indireta.	Aula expositiva com apresentação de slides.
02/10/2019 19:00 - 22:35	Crimes de dano, apropriação, estelionato e outras fraudes.	Aula expositiva.
09/10/2019 19:00 - 22:35	Receptação. Disposições gerais acerca dos crimes contra o patrimônio.	Aula expositiva com apresentação de slides e resolução de questões para fins de revisão de conteúdo.
16/10/2019 19:00 - 22:35	Prova A1/2 - Peso: 10,0 pontos.	Avaliação escrita, individual e sem consulta.
23/10/2019 19:00 - 22:35	Estudo dos crimes contra a propriedade imaterial e dos crimes contra a organização do trabalho.	Aula expositiva.
30/10/2019 19:00 - 22:35	Dos crimes praticados contra a dignidade sexual.	Aula expositiva.
06/11/2019 19:00 - 22:35	Estudo dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos e dos crimes praticados contra a família.	Aula expositiva.
13/11/2019 19:00 - 22:35	Avaliação escrita (abrangente) A1/3 - Peso: 10,0.	Prova escrita, individual e sem consulta.
20/11/2019 19:00 - 22:35	Revisão e correção das avaliações realizadas e trabalhos em grupo envolvendo o conteúdo estudado.	Trabalho em grupo. Discussão sobre o conteúdo estudado. OBS: Data limite para o recebimento das provas realizadas durante o semestre. Caso o(a) acadêmico(a) não possa comparecer nesta data, deverá providenciar para que algum(a) colega retire a sua(s) prova(s) junto ao professor. Após esta data, as provas serão inutilizadas e incineradas.

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

a) Notas A1 (semestre):

A avaliação do aluno (nota A1) será feita da pela realização de três provas escritas, individuais e sem consulta, com considerável nível de dificuldade, podendo envolver questões de concursos públicos, OAB e ENADE. As provas serão elaboradas com questões objetivas e dissertativas (provas mistas) e terão a seguinte distribuição de notas:

- 1) Avaliação "A1/1", composta por uma prova escrita, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado até a data da prova;
- 2) Avaliação "A1/2", composta por uma prova escrita, com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado a partir da primeira avaliação, até a data da prova;
- 3) Avaliação "A1/3", composta por uma prova escrita com peso 10,0, envolvendo todo o conteúdo estudado durante o semestre (abrangente abrangente).

Observações:

- A média final (A1), será definida pela soma das notas das avaliações A1/1, A1/2 e A1/3 e a sua divisão pelo fator "3" (três). $(A1/1 + A1/2 + A1/3 = \text{média A1})$.
- As provas serão realizadas nas datas mencionadas no cronograma acima e terão o tempo de duração máximo de 2 (duas) horas.
- Durante as provas, o uso de anotações particulares, escritas ou digitadas, de aparelhos eletrônicos ou celulares, de materiais de consulta em geral ou o contato com demais acadêmicos(as), por meio verbal ou escrito, serão consideradas como "cola" e autorizam o professor a recolher imediatamente a prova, com a atribuição da nota "0" (zero).
- Para fins de preparação para as provas e como forma de contribuir para o aprendizado, a Unoesc disponibiliza aos acadêmicos o acesso a "saraiva virtual" e a "unoesc virtual", no portal de ensino, bem como os periódicos físicos da biblioteca.
- Data limite para o recebimento das provas realizadas durante o semestre. Caso o(a) acadêmico(a) não possa comparecer nesta data, deverá providenciar para que algum(a) colega retire a sua(s) prova(s) junto ao professor. Após esta data, as provas serão inutilizadas e incineradas.
- Caso algum(a) acadêmico(a) não possa comparecer nas datas das avaliações, deverá justificar a ausência junto à coordenação do curso, no prazo regimental, podendo fazer a prova em data a ser combinada com o professor. A forma de avaliação fica a critério deste, podendo optar pela realização de prova escrita ou oral.

b) A avaliação A2 (Exame):

Será realizada conforme as determinações previstas no regimento e projeto pedagógico do curso.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial. 10. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2016. 571 p. ISBN 9788547201784 (v. 5).	Básica
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 645 p. ISBN 9788502638525 (v.1).	Básica
DELMANTO, Celso et al. Código penal comentado. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. 1196 p. ISBN 9788502634619.	Básica
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial : dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 686 p. ISBN 9788547201197 (v.2).	Complementar
GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. 13. ed., rev. ampl. e atual. até 1. de janeiro de 2016. São Paulo: Saraiva, 2016. 731 p. ISBN 9788576268666 (v.2).	Complementar
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral : parte especial. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 1072 p. ISBN 978520332122.	Complementar
PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. 7. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 832 p.	Complementar
ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique,. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 2 v. ISBN 9788520335529.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/5
Componente curricular:	10005 - Direito Processual Civil II - Turma: CHADIR-5N
Professor:	17643 - Emerson Luiz Rosa da Silva
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2019/2

2 EMENTA

Do processo e do procedimento. Da petição inicial. Da Audiência de Mediação ou de Conciliação. Da resposta do réu. Do Saneamento. Da Audiência de instrução e julgamento. Prova. Sentença. Coisa julgada

3 JUSTIFICATIVA

Justifica-se por instrumentalizar o aluno com o código de processo civil, nos assuntos pertinentes ao processo de conhecimento, estimulando raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, argüir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. O estudo do processo de conhecimento é de fundamental importância para a atuação judicial do profissional do direito.

4 OBJETIVOS

Objetivo geral: compreender o processo civil brasileiro de modo sistêmico e organizado em diálogo constante com a Constituição Federal de 1988.

Objetivo específico: compreender as principais etapas do processo de conhecimento, abrangendo as prerrogativas e deveres das partes até a formação da coisa julgada.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
26/07/2019 19:00 - 22:35	Noções Gerais de Processo Civil	Aula expositiva e debates
02/08/2019 19:00 - 22:35	Institutos Fundamentais do Direito Processual Civil	Aula expositiva e debates
09/08/2019 19:00 - 22:35	Petição Inicial	Aula expositiva e debates
16/08/2019 19:00 - 22:35	Petição Inicial (continuação)	Aula expositiva e debates
23/08/2019 19:00 - 22:35	Trabalho em sala de aula (elaboração de peça)	Elaboração de peça (petição inicial)
30/08/2019 19:00 - 22:35	Resposta do réu	Aula expositiva e debates
06/09/2019 19:00 - 22:35	Resposta do réu (continuação)	Aula expositiva e debates
13/09/2019 19:00 - 22:35	Elaboração de peça (defesa do réu)	Trabalho em sala de aula
20/09/2019 19:00 - 22:35	Conciliação, Mediação	Aula expositiva e debates
27/09/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1/1	Avaliação
04/10/2019 19:00 - 22:35	Provas	Aula expositiva e debates
11/10/2019 19:00 - 22:35	Provas	Aula expositiva e debates
18/10/2019 19:00 - 22:35	Instrução e Julgamento /Saneamento do processo	Aula expositiva e debates
25/10/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1/2	Avaliação
26/10/2019	Elaboração de peça (Petição inicial e/ou Contestação)	Trabalho Acadêmico
01/11/2019 19:00 - 22:35	Sentença	Aula expositiva e debates
08/11/2019 19:00 - 22:35	Coisa Julgada	Aula expositiva e debates
22/11/2019 19:00 - 22:35	Avaliação A1/3	Avaliação (conteúdo total)

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada pela média entre a notas de A1 parcial e A1 abrangente. A nota de A1 parcial será composta por duas provas, valendo 10 pontos cada. A nota de A1 abrangente valerá 10 pontos. As avaliações serão elaboradas com base em questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas na área do Processo Civil, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula. Serão

considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequencia lógica na elaboração das respostas. No que tange a média para aprovação, o critério é o estabelecido pela entidade de ensino, devendo o acadêmico obter 7,0 para ser aprovado e possuir no mínimo 75% de frequência. O professor poderá aplicar trabalhos em sala de aula como um acréscimo à pontuação do aluno para fixação de conteúdo. Neste caso, somente será considerada a nota dos alunos que realizarem a atividade em sala de aula. O professor também poderá aplicar outros trabalhos fora de sala de aula como acréscimo na pontuação. Em caso de ausência a prova de A1 parcial o acadêmico deverá apresentar justificativa diretamente ao professor. Em caso de ausência a prova de A1 abrangente o acadêmico deverá apresentar justificativa à Coordenação, na forma do regimento interno. Além das referências bibliográficas, o acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os periódicos da Unoesc.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; LENZA, Pedro (Coord.). Direito processual civil esquematizado . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 936 p. ISBN 9788547204785.	Básica
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento, procedimento comum . 57. ed., rev., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016. xxxiv, 1244 p. ISBN 9788530969349 (v.1).	Básica
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional (processo comum de conhecimento e tutela provisória) . 17. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters: Revista dos Tribunais, 2018. 941 p. ISBN 9788553210374 (v. 2).	Básica
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual . Vol. 3ª 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014	Complementar
MACHADO, Antonio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil Interpretado . Barueri: Manole, 2013.	Complementar
MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil : teoria geral do processo e processo de conhecimento . 7. ed. São Paulo : Atlas, 2011.	Complementar
NEGRÃO, Theotonio. Código de processo civil e legislação processual em vigor . 38ª ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2006.	Complementar
SCARPINELLA, Cássio. Curso Sistematizado de Dir. Processual Civil . Vol. I – Tomo I. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/3
Componente curricular:	11451 - Psicologia Jurídica - Turma: CHADIR-3N
Professor:	207322 - Rafaela Pederiva
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2019/2

2 EMENTA

Introdução à Psicologia. Conceitos e generalidades. Do individual ao social: o ser humano na família, na escola e nos grupos. Atitudes e representações sociais. Trabalho e qualidade de vida. Identidade. Anulação das multiplicidades e diferenças: identidades produzidas pela mídia. Processos de subjetivação: a produção do corpo social e enfermidade. Violência, agressividade e cultura. Relações da psicologia com o direito: a psicologia jurídica. A função de psicólogo judiciário. Aspecto instrumental: a Psicologia aplicada ao direito. Importância dos psicólogos na tomada de decisões nos processos jurídicos: papel e temas dos laudos das avaliações psicológicas/demandas contemporâneas e procedimentos. Fundamentos da perícia psicológica forense: aspectos técnicos e éticos do psicólogo que atua no sistema jurídico.

3 JUSTIFICATIVA

A inclusão da disciplina de Psicologia Jurídica na matriz curricular do curso de Direito justifica-se:

- pelas necessidades formativas desencadeadas pelo perfil de egresso proposto;
- por fazer parte do Eixo Estruturante da terceira fase;
- porque a Psicologia Jurídica tem saberes, conceitos e expressões próprias, que podem contribuir para que o operador jurídico conheça e compreenda o comportamento bem como o psiquismo humano;
- porque a Psicologia Jurídica se configura como uma das áreas do conhecimento de colaboração e articulação interdisciplinar com o Direito.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL:

Contribuir para que ao final da disciplina o acadêmico reconheça a Psicologia Jurídica como área interdisciplinar ao Direito.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Pelas contribuições da disciplina, tornar possível que o bacharel em Direito ao final da disciplina possa:

- Identificar os fundamentos teóricos de Psicologia Jurídica aplicada ao Direito;
- Saber reconhecer os principais conceitos e generalidades em Psicologia;
- Correlacionar os conteúdos do componente curricular de Psicologia Jurídica com os dos demais componentes curriculares;
- Identificar a função do psicólogo no Judiciário;
- Estimar a relevância e o alcance da perícia psicológica empregada à serviço do Judiciário.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
02/12/2019 19:00 - 22:35	1- Introdução à Psicologia. 2- Relações da Psicologia com o Direito: a Psicologia Jurídica. 3- Generalidades da psicologia e processos de subjetivação	1- Aula expositiva 2- vídeo
03/12/2019 19:00 - 22:35	1- Advertência para a utilização forense do DSM 5. 2- Doenças Mentais mais significativas no âmbito do direito e seus critérios diagnósticos, a partir do DSM 5.	1- Aula dialogada. 2- Aula expositiva. 3- leitura orientada
04/12/2019 19:00 - 22:35	1-Principais Síndromes que interessam ao Direito: - Síndrome da Alienação Parental.	1- Aula expositiva. 2- Vídeos.

	- Síndrome das Falsas Memórias. - Síndrome da Criança Maltratada. - Síndrome de Münchhausen e Münchhausen by Proxy.	
05/12/2019 19:00 - 22:35	1- Fundamentos da Perícia Psicológica forense: aspectos técnicos e éticos do psicólogo que atua no sistema jurídico. 2- Segunda Perícia. 3- O psicólogo Assistente Técnico. 4- Formulação de quesitos. 5- Documentos decorrentes de Avaliação Psicológica (Resolução CFP nº. 007/2003). 6- O sigilo profissional do psicólogo.	1- Aula expositiva. 2- exercício.
06/12/2019 19:00 - 22:35	Temas Específicos em psicologia jurídica: Mentira, simulação, dissimulação.	1- Aula dialogada 2- apresentação de vídeos
07/12/2019	Psicologia Jurídica	1- Atividade no portal
09/12/2019 19:00 - 22:35	Temas Específicos em psicologia jurídica: Mediação Familiar Comunicação Não Violenta (CNV)	1-Aula dialogada. 2- Exercícios práticos de mediação.
10/12/2019 19:00 - 22:35	Comunicação Não Violenta (CNV)	1- Aula dialogada 2- exercícios
11/12/2019 19:00 - 22:35	Psicologia Jurídica	Prova Abrangente

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação de cada acadêmico será constante e seguirá o Regimento Interno dessa Instituição de Ensino. A mesma se dará de forma global sob os seguintes critérios: postura acadêmica; cognição; expressão escrita; e expressão oral.

Pelo critério Postura Acadêmica o acadêmico é analisado do primeiro ao último dia de aula. Nele são considerados: assiduidade [frequência e permanência do acadêmico em aula]; envolvimento [com atividades, com a disciplina e com o grupo de colegas; incluindo a participação em sala de aula e a escuta aos colegas]; parcela de contribuição no crescimento do grupo [incluindo questionamentos e outras manifestações pertinentes e contributivas para o processo de aprendizagem]; respeito aos prazos de execução e entrega de atividades.

Pelo critério Cognição a professora avaliará o amadurecimento intelectual do acadêmico e sua capacidade de posicionar-se criticamente frente a textos e teorias;

Pelo critério Expressão escrita a professora analisará os trabalhos e atividades considerando a capacidade de elaborar textos [incluindo a correção na escrita, a concisão e a clareza] e o uso adequado da Metodologia Científica;

Já pelo critério Expressão Oral a professora analisará os trabalhos e atividades considerando a qualidade da exposição oral [incluindo a concisão e a clareza] e a relevância teórica do conteúdo apresentado;

As avaliações parciais A1, as quais contemplarão os critérios acima expostos, compreendem as seguintes atividades:

A1-1 [peso 10] - Avaliação no Portal- Avaliação individual, com consulta e cumulativa, com questões objetivas; A prova será comentada na aula subsequente a sua aplicação;

A1-2 [peso 10] - Prova Abrangente - Avaliação presencial, individual, sem consulta e cumulativa, com questões discursivas e objetivas. A prova será comentada após sua aplicação.

Observações:

1- Nessa disciplina, segue-se o disposto no Regimento dessa Instituição de Ensino no que tange a: regime disciplinar, avaliações e composição da média final [07 para aprovação e 04 para prestar avaliação A2]; exigibilidade de 75% de presença; e, caso o acadêmico se submeta a Avaliação A2, deverá ter nota mínima 04 e média mínima 05;

2- Se a presença do acadêmico for inferior a 75% da carga horária deste componente curricular, será reprovado mesmo tendo média suficiente nas avaliações A1 e A2.

3- Os encontros terão início às 19 horas e encerrarão às 22 horas e 35 minutos. Sendo que a chamada será realizada no início e no fim desse período.

4- PLÁGIO: Plágio configura contra a propriedade intelectual [conforme a Lei de Direitos Autorais 9.610/98], portanto, a presença de plágio parcial [linhas/parágrafos] ou total em qualquer trabalho acarretará em nota ZERO no respectivo trabalho; Dessa forma, todos os trabalhos escritos serão (a qualquer momento e independente de já terem sido revisados pela professora) submetidos a programa de detecção de plágio;

5- Prazos de entrega e apresentação de atividades: nenhuma das avaliações parciais será aceita posteriormente as datas agendadas. Apenas nos casos previstos pelo Regimento Interno é que serão aceitos trabalhos, provas e apresentações posteriores a data.

6- A avaliação A2: Em conformidade com o Regimento da Unoesc, será aplicada ao acadêmico que não atingir média semestral e que tenha, pelo menos, 75% de presença. Esta avaliação, individual e sem consulta a qualquer material [físico e/ou eletrônico], compreende uma prova cumulativa, composta de 10 questões, cada uma com peso 01. A avaliação deverá ser respondida a caneta esferográfica azul ou preta. Questões rasuradas, com uso de corretivo ou com mais de uma questão assinalada serão consideradas erradas.

7- Quando da não realização, pelo acadêmico, de alguma (s) atividades de avaliação parcial A1, serão seguidos os artigos 93 e 94 do Regimento Interno desta Instituição de Ensino. A saber:

Art. 93 O aluno que faltar em data fixada para realização da prova abrangente de A1 e/ou do exame final (A2), e cujos motivos sejam justificados e comprovados, deve protocolar pedido para fixação de nova data no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data originalmente marcada.

Art. 94 É passível de revisão somente o exame final (A2).

O aluno interessado em revisar seu exame final deve seguir o disposto no Parágrafo Único do artigo 94, do Regimento Interno da Instituição de Ensino.

8- O Plano de Ensino consiste numa proposta de trabalho passível de mudanças no decorrer do semestre. Estas só ocorrerão em caso de necessidade e mediante acordo prévio entre professora e acadêmicos. As mesmas serão devidamente registradas no diário de classe;

9- Sempre que o acadêmico tiver qualquer dúvida quanto ao conteúdo, ao plano de ensino, ao processo ensino-aprendizagem ou ao processo de avaliação deve primeiramente conversar, em particular, com a professora titular desse componente curricular.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ATKINSON, Rita L.; ATKINSON, Richard C.; SMITH, E. Edward. Introdução à psicologia de Hilgard . 13. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. xxi, 790 p. (Biblioteca artes médicas). ISBN 85730707733.	Básica
BEE, Helen L.; BOYD, Denise. A criança em desenvolvimento . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. vi, 567 p. ISBN 9788536325255.	Básica
TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica para operadores do direito . 7. ed., rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. 856 p. ISBN 9788573489149.	Básica
BRITO, L. M. T. Psicologia e instituições de Direito: a prática em questão . Rio de Janeiro: CRP-Comunicarte, 1992.	Complementar
DUSSEL, E. Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão . Rio de Janeiro: Vozes, 2012.	Complementar
MARANHÃO, O. R. Psicologia do Crime . São Paulo: Malheiros, 1995.	Complementar
PENTEADO, C. Psicopatologia Forense: breve estudo do alienado e a lei . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.	Complementar
VARGAS, H. S. Manual de Psicologia Forense . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/6
Componente curricular:	11453 - Argumentação Jurídica - Turma: CHADIR-6N
Professor:	28543 - Robison Tramontina
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2020/2

2 EMENTA

Estudo da Teoria e Prática da Argumentação Jurídica. Desenvolvimento de competências para a produção escrita e oral de textos jurídicos através da reflexão crítica sobre a arte retórica. Análise e uso das estratégias de apresentação oral em público.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular de argumentação jurídica, que investiga os argumentos produzidos no âmbito do direito, passa a integrar a grade curricular dos cursos de direito no Brasil a partir do momento que se percebe o esgotamento da concepção formalista e abstrata de direito. No Brasil, o momento histórico fundamental é a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir dessa, um novo paradigma jurídico se estabelece e nele a argumentação passa ter um papel fundamental. Nesse contexto, como afirma Atienza (2003, p.17) "ninguém duvida que a prática do direito consista, fundamentalmente, em argumentar, e todos costumamos convir que a qualidade, que melhor define um bom jurista talvez seja a capacidade de construir argumentos e manejá-los com habilidade". Assim, a capacidade argumentativa, na forma escrita e na verbal, é uma das principais qualidades do bom jurista. Logo, o estudo dessa temática é imprescindível para uma boa e consistente formação jurídica.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao acadêmico uma visão abrangente, teórica e prática, da argumentação e retórica jurídica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar e compreender os conceitos básicos da lógica formal;
- Analisar a natureza e a estrutura da argumentação jurídica;
- Investigar e usar as estratégias de apresentação oral em público;
- Produzir e debater argumentos jurídicos.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
05/10/2020 19:00 - 22:35	Exposição do Plano de ensino. Apresentação dos temas centrais do Componente Curricular. Importância da argumentação no Constitucionalismo Contemporâneo.	Aula expositiva
16/10/2020	Preparação dos Debates Jurídicos.	Leitura de Jurisprudência
19/10/2020 19:00 - 22:35	Dever constitucional de Fundamentar as Decisões Judiciais.	Aula expositiva
26/10/2020	Preparação dos Debates Jurídicos.	Leitura de Jurisprudência
26/10/2020 19:00 - 22:35	Noções de Lógica: argumentação, argumentos, silogismo, validade. Argumentos jurídicos mais usuais na prática jurídica e falácias.	Aula expositiva e exercícios
09/11/2020 19:00 - 22:35	Teoria dos jogos e Argumentação Jurídica.	Aula expositiva
16/11/2020 19:00 - 22:35	Apresentação e debate de argumentos jurídicos.	Debates - Atividade Avaliativa
23/11/2020 19:00 - 22:35	Apresentação e debate de argumentos jurídicos .	Debates - Atividade avaliativa

30/11/2020 19:00 - 22:35	Apresentação e debate de argumentos jurídicos - Prova.	Aula expositiva
Em consonância com o disposto nas legislações emitidas pelo Ministério da Educação, Governos federal, estadual e municipal e normativas da Instituição, considerando as medidas acerca da emergência de saúde pública de importância internacional, relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), a partir de 18 de março de 2020, a Instituição adota o ensino remoto mediado por tecnologias. As adequações metodológicas que se fizerem necessárias estarão devidamente discriminadas no item "Observação" do diário de classe.		

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação A 1

As avaliações previstas (04) têm todas o mesmo peso e apresentam a seguinte natureza:

- a) Atividades em dupla (01): exercícios.
- b) Atividades individuais (03): texto argumentativo, apresentação-defesa de argumentos (relatório) e Prova.

Observações:

O texto argumentativo deve abordar os temas jurídicos que serão escolhidos na primeira aula.

O relatório deve ser uma síntese ordenada dos pontos abordados nos dias dos debates.

Data de entrega do texto: **07/12/2020**.

As avaliações (provas e trabalhos em sala) não realizadas conforme previsão do plano de ensino, ocorrerão no dia da próxima avaliação, ou seja, o acadêmico realizará a avaliação do dia e a pendente, mediante abono de falta deferido pela coordenação do Curso de Direito.

As justificativas de ausência, por qualquer motivo ou razão, **DEVERÃO** ser encaminhadas à **AUTORIDADE ACADÊMICA (COORDENADOR)** responsável pelo deferimento.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica : a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. xii, 350 p. ISBN 9788530932428.	Básica
ATIENZA, Manuel. As razões do direito : teoria da argumentação jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. xi, 287 p. ISBN 9788530951009.	Básica
FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. Lições de argumentação jurídica : da teoria à prática. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 160 p. ISBN 9788530925895.	Básica
ATIENZA, Manuel. Curso de Argumentación Jurídica . Madrid: Editorial Trotta, 2013.	Complementar
CORREA, Leda (org). Direito e argumentação . Barueri: Manole, 2008.	Complementar
PASOLD, Cesar Luiz. Prática da Pesquisa Jurídica . Ideias e Ferramentas úteis para o pesquisador do Direito. 9. ed. Florianópolis: OAB Editora, 2005.	Complementar
RODRIGUEZ, Victor Gabriel. Argumentação Jurídica . São Paulo: Martins Fontes, 2005.	Complementar
TOULMIN, Stephen. Os usos dos argumentos . São Paulo: Martins Fontes, 2006.	Complementar
X Além das bibliografias constantes no plano de ensino, o acadêmico tem acesso via portal de ensino as bibliografias da Saraiva Digital e a periódicos jurídicos, revistas e jornais, através do sistema Pergamum da biblioteca.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/6
Componente curricular:	11444 - Deontologia Jurídica - Turma: CHADIR-6N
Professor:	103686 - Vinicius Almada Mozetic
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2020/2

2 EMENTA

Deontologia no âmbito das diversas profissões jurídicas: advogado, juiz e promotor de justiça.

3 JUSTIFICATIVA

A Deontologia Jurídica é uma ciência que possui duplo aspecto: 1) Por um lado, ela tem como objeto o estudo da conduta profissional dos operadores do Direito: nessa dimensão, a disciplina propicia ao acadêmico conhecer os princípios e as noções capazes de informar uma conduta moralmente aceitável desse profissional, no âmbito das mais diversas profissões jurídicas, especialmente a do advogado, do juiz, do agente do Ministério Público, dentre outras; 2) Por outro lado, crescem no Ordenamento Jurídico (tanto nas Leis quanto na jurisprudência) causas que incorporam conteúdos morais, gerando fortes debates sociais e intraprocessuais: nessa dimensão, a deontologia deve estudar os conteúdos morais que permeiam as formas jurídicas, conferindo conteúdo aos textos legais e às decisões judiciais.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Compreender o papel da Ética no mundo contemporâneo e sua relação com o Direito.

Objetivos Específicos:

- * Analisar os fundamentos da Ética, como subárea da Filosofia, buscando identificar as relações existentes entre o processo de conhecimento (busca da verdade) e o agir ético.
- * Analisar as relações existentes entre Ética, Moral, Justiça e Direito, buscando identificar e compreender as suas diferenças e aproximações.
- * Identificar as normas que disciplinam as atividades das diversas profissões jurídicas no Brasil, em especial no âmbito do Poder Judiciário e das Funções Essenciais à Justiça, buscando compreendê-las à luz da Ética.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
03/08/2020 19:00 - 22:35	Apresentação do Plano de ensino Noções Gerais de Deontologia O Objeto da Ciência Deontológica adastrado	Aula expositiva
10/08/2020 19:00 - 22:35	Preeminência da Moral sobre o Direito Instrumentalidade da Deontologia Jurídica Importância da Deontologia Problemas Fundamentais da Deontologia	Aula expositiva e dialogada
17/08/2020 19:00 - 22:35	A essência da moralidade Pressupostos da moralidade O critério da moralidade	Aula expositiva e dialogada
24/08/2020	A essência da moralidade Pressupostos da moralidade O critério da moralidade	análise jurisprudencial
24/08/2020 19:00 - 22:35	A1 - avaliação Noções Gerais de Deontologia O Objeto da Ciência Deontológica Preeminência da Moral sobre o Direito Instrumentalidade da Deontologia Jurídica Importância da Deontologia Problemas Fundamentais da Deontologia A essência da moralidade Pressupostos da moralidade	Avaliação A1

	O critério da moralidade pública.	
31/08/2020 19:00 - 22:35	Direito e Moral - Ordens diferentes de fins e de necessidades Fontes da Obrigação Moral Fontes da Deontologia Jurídica Sanção e Responsabilidade Moral Responsabilidade Social das Profissões	Aula expositiva e dialogada
14/09/2020 19:00 - 22:35	A ADVOCACIA A MAGISTRATURA O MINISTÉRIO PÚBLICO	Aula expositiva e dialogada
21/09/2020 19:00 - 22:35	JORNADA JURÍDICA	JORNADA JURÍDICA
28/09/2020 19:00 - 22:35	A1 abrangente - todo o conteúdo ministrado	A1 ABRANGENTE
Em consonância com o disposto nas legislações emitidas pelo Ministério da Educação, Governos federal, estadual e municipal e normativas da Instituição, considerando as medidas acerca da emergência de saúde pública de importância internacional, relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), a partir de 18 de março de 2020, a Instituição adota o ensino remoto mediado por tecnologias. As adequações metodológicas que se fizerem necessárias estarão devidamente discriminadas no item "Observação" do diário de classe.		

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliações escritas, A1 e A2, conforme regulamento da UNOESC.

Para fins de aferição e promoção do aprendizado, serão adotados dois instrumentos de avaliação: prova escrita e trabalho em grupo.

As avaliações serão compostas por questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas práticos na área da Deontologia Jurídica, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula.

Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas.

- A média correspondente a A1 (1 e 2) será composta por avaliações individuais, sem consulta, e trabalhos desenvolvidos individualmente.

- A nota da A1.3 será auferida pelo aproveitamento do acadêmico na prova abrangente, composta por questões objetivas e dissertativas, sem consulta, que valerá 10,0.

O não comparecimento em uma das avaliações escritas, com justificativa, permitirá realizar a avaliação na modalidade oral, em época especial, na semana seguinte a prova regular.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional . 11. ed., rev., atual. e mod. São Paulo: Saraiva, 2014. 580 p. ISBN 978850224261.	Básica
MADEU, Diógenes. Ética geral e jurídica . 3.ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 145 p. (Coleção Roteiros jurídicos). ISBN 9788502134409.	Básica
NALINI, José Renato. Ética geral e profissional . 13. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 864 p. ISBN 9788520368565.	Básica
Aristóteles. Ética : a nicômaco . São Paulo: Martin Claret, 2007. 240 p. ; (A obra-prima de cada autor ;v.53) ISBN 8572324305	Complementar
BAUMAN, Zygmunt; COSTA, João Rezende. Ética pós-moderna . São Paulo: Paulus, 1997. 349 p. ISBN 8534909040.	Complementar
CHAUÍ, Marilena de Sousa. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. 520 p. ISBN 9788508134694.	Complementar
COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas . 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. xiv, 374 p. ISBN 9788530903596.	Complementar
SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa . 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 349 p. ISBN 9788520010303.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/6
Componente curricular:	25402 - Direito Civil V (direito de Família) - Turma: CHADIR-6N
Professor:	28533 - Claudia Cinara Locateli
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2020/2

2 EMENTA

A proteção constitucional à família. Entidades familiares: efeitos pessoais, patrimoniais e dissolução. Bem de família. Parentalidade. Direito de filiação. Poder familiar e a guarda dos filhos. Alimentos. Curatela. Responsabilidade civil no direito de família. Proteção ao idoso.

3 JUSTIFICATIVA

O componente curricular Direito Civil V analisa, por meio da hermenêutica sistêmica, as normas que regem as relações pessoais, patrimoniais e assistenciais na convivência familiar. O estudo interdisciplinar habilita para o conhecimento técnico e prático, com enfoque humanista, de modo a estimular as habilidades jurídicas indispensáveis a atuação profissional em diversas áreas de aplicação jurídica. Justifica-se por contribuir para formação do raciocínio crítico-lógico-jurídico e para construção da base jurídico-constitucional.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Estudar os direitos pessoais, patrimoniais e assistenciais que regulamentam as relações familiares e parentais, com enfoque técnico, humanista e crítico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a proteção jurídica conferida aos núcleos familiares plurais.
- Estudar as formalidades do casamento, o reconhecimento da união estável, os efeitos pessoais e patrimoniais, bem como as consequências na dissolução das entidades familiares.
- Identificar as relações derivadas da parentalidade e seus efeitos jurídicos.
- Compreender o dever alimentar, sua configuração e as ações pertinentes.
- Ponderar acerca dos direitos e deveres assistenciais derivados da tutela e curatela.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
04/08/2020 19:00 - 22:35	Parte I - Apresentação do Plano de Ensino e Aprendizagem. Parte II - Direito das Famílias - Objeto de estudo, conceito e espécies de entidade familiar; - Fontes e Valores; - Princípios atuais do Direito de Família; - Características; - Pluralismo das entidades familiares	Aula expositiva-dialogada e uso de tecnologias de apoio para atividades presenciais remotas.
11/08/2020 19:00 - 22:35	Casamento - Conceito e natureza jurídica - Casamento religioso - Capacidade matrimonial - Impedimentos matrimoniais	Aula expositiva-dialogada e uso de tecnologias de apoio para atividades presenciais remotas.
18/08/2020 19:00 - 22:35	Casamento (continuação) - Habilitação - Celebração - Provas Exercícios. Análise e resolução de questões de concursos.	Desenvolver raciocínio lógico-jurídico na resolução de questões de concursos.
	Casamento (continuação)	Aula expositiva-dialogada e uso de

24/08/2020	- Invalidades - Casamento Putativo e efeitos Jurídicos	tecnologias de apoio para atividades presenciais remotas.
01/09/2020 19:00 - 22:35	Regime Patrimonial de bens (continuação) - Regime de Participação Final nos Aquestos - Separação de Bens Revisão dos conteúdos.	Rotação por estações. Estudo de caso.
08/09/2020 19:00 - 22:35	Avaliação - A1.1	Prova sem consulta ao Código Civil
15/09/2020 19:00 - 22:35	Efeitos Patrimoniais do Casamento - Disposições gerais - Pacto antenupcial - Regime de Bens entre os Cônjuges - Comunhão Universal de Bens - Comunhão Parcial de Bens	Aula expositiva-dialogada e uso de tecnologias de apoio para atividades presenciais remotas.
22/09/2020 19:00 - 22:35	Jornada jurídica.	Jornada Jurídica.
28/09/2020	Regime Patrimonial de bens (continuação) - Regime de Participação Final nos Aquestos - Separação de Bens	Aula expositiva-dialogada. Análise de julgados.
29/09/2020 19:00 - 22:35	Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal Separação Judicial: consensual ou litigiosa após Emenda Constitucional n. 66/2010. Divórcio: Direito ou Indireto/ Consensual ou Litigioso Culpa ou desamor como causa da separação Mediação familiar	Aula expositiva-dialogada e atividade avaliativa. Valor 1.0.
06/10/2020 19:00 - 22:35	Prova A1.2	Avaliação - prova com consulta ao Código Civil.
13/10/2020 19:00 - 22:35	Alimentos - Fundamentos e características - Ação de Alimentos, Execução e Revisional de Alimentos - Alimentos provisionais e provisórios	Novas tendências jurisprudenciais. Resolução de questões OAB e concursos públicos.
20/10/2020 19:00 - 22:35	Bem de família: voluntário e instituído. - Características; - Requisitos; - Reconhecimento e proteção concedida	Atividade avaliativa - resolução de questões em sala de aula.
27/10/2020 19:00 - 22:35	Dano moral nas ações de família. Resolução de exercícios de concursos e práticas vinculadas à área.	Aula expositiva-dialogada. resolução de questões.
03/11/2020 19:00 - 22:35	Poder Familiar - Exercício - Suspensão, destituição e extinção	Aula expositiva dialogada, Adoção metodologia ativa.
10/11/2020 19:00 - 22:35	Institutos protetivos - Tutela: definição, espécies e exercício e impedimentos - Curatela: Definição, espécies e interdição	Análise de julgados
17/11/2020 19:00 - 22:35	Avaliação final A1 Abrangente	Prova individual e sem consulta.
24/11/2020 19:00 - 22:35	Devolutiva das provas. Correção.	Correção da avaliação abrangente.
01/12/2020 19:00 - 22:35	Conteúdo não cadastrado	
Em consonância com o disposto nas legislações emitidas pelo Ministério da Educação, Governos federal, estadual e municipal e normativas da Instituição, considerando as medidas acerca da emergência de saúde pública de importância internacional, relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), a partir de 18 de março de 2020, a Instituição adota o ensino remoto mediado por tecnologias. As adequações metodológicas que se fizerem necessárias estarão devidamente discriminadas no item "Observação" do diário de classe.		

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

As avaliações conterão questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas práticos na área do Direito de Família, abrangendo o máximo dos conteúdos ministrados.

Serão considerados aspectos como participação nas aulas, clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas.

- A média correspondente a A1 será composta por três avaliações individuais, da seguinte forma:

a) Prova (A1.1) que será composta por questões discursivas e objetivas, com peso 10,0, sem consulta ao Código Civil.

b) Prova (A1.2), cumulativa, individual, que será composta por questões objetivas e subjetivas, com peso 10,0, com consulta ao Código Civil.

c) Prova (A1.3), abrangente, individual, que será composta por questões objetivas e subjetivas, com peso 10,0, sem consulta ao Código Civil.

*Se o acadêmico não comparecer em uma das avaliações parciais e tiver justificativa da ausência, poderá submeter-se avaliação oral, sem consulta ao Código Civil, na semana seguinte a aplicação regular da prova.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
ALMEIDA, Renata Barbosa de; RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. Direito civil: famílias . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xxi, 588 p. ISBN 9788522469666.	Básica
DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias . 11. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 732 p. ISBN 9788520367100.	Básica
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: direito de família . 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. 779 p. ISBN 9788502218079 (v. 6).	Básica
ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Direito de Família Mínimo . Ed. Lúmen Juirs: Rio de Janeiro, 2010. CARVALHO, Dimas Messias de. Direito de Família . Ed. Del Rey: Belo Horizonte, 2009. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro . 6º volume. São Paulo: Saraiva, 2012. LÔBO, Paulo. Famílias . São Paulo: Saraiva, 2013. STOLZE, Gagliano, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Vol. VI - Direito de Família . Saraiva, 2011.	Complementar
Além das referências básicas e complementares, o acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os periódicos.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/5
Componente curricular:	10006 - Direito do Trabalho II - Turma: CHADIR-5N
Professor:	248312 - Elizabete Geremias
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2020/2

2 EMENTA

Noções introdutórias. Relações coletivas de trabalho: Convenção Coletiva e Acordo Coletivo de Trabalho. Direito de Greve. Relações laborais no Mercosul. Legislação Especial do Trabalho: trabalho do aprendiz, do menor; da mulher; rural; doméstico; estagiário; voluntário; avulso, eventual e autônomo.

3 JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito do Trabalho II tem sua importância vinculada a oportunizar ao acadêmico o conhecimento das instituições básicas das normas do direito coletivo. Visa trazer um aprimoramento na teoria para a aquisição de conhecimentos sobre os institutos jurídicos do direito trabalhista coletivo, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma consciência objetiva e crítica, possibilitando ao acadêmico desenvolver as aptidões profissionais indispensáveis ao exercício da profissão, culminando na capacidade de aplicar o conhecimento adquirido para promover o avanço e melhoria nas relações capital-trabalho.

4 OBJETIVOS

A disciplina traz como objetivos proporcionar aos alunos conhecimento específico nas relações coletivas, desde a parte histórica até a atualidade, salientando sua importância na pacificação dos conflitos entre o capital e o trabalho. Visa ainda apresentar e desenvolver as particularidades da tutela nas relações laborais trabalhistas de cunho coletivo, de forma a permitir que os alunos adquiram conhecimentos sólidos e suficientes à atuação na Justiça Especializada do Trabalho, a qualquer título.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
05/08/2020 19:00 - 22:35	Apresentação do plano de ensino. Introdução as normas gerais e especiais da tutela do trabalho. Princípios. Direito coletivo do trabalho. Denominação. Conceito. Divisão. Histórico. Liberdade e Organização Sindical. Noções históricas. Estrutura. Garantias. Classificação. Liberdade sindical. Autonomia.	Aula expositiva.
12/08/2020 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva.
19/08/2020 19:00 - 22:35	Órgãos Sindicais e Organização Sindical. Noções históricas. Estrutura. A Legislação sindical no Brasil e a Representação dos trabalhadores nas empresas	Aula expositiva.
26/08/2020 19:00 - 22:35	Comissões de Conciliação Prévia.	Aula expositiva.
02/09/2020 19:00 - 22:35	Resolução de lista de exercícios.	Resolução de lista de exercícios.
09/09/2020 19:00 - 22:35	Inquérito para apuração de falta grave.	Aula expositiva.
16/09/2020 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior. Resolução de lista de exercícios.	Aula expositiva. Resolução de lista de exercícios.
23/09/2020 19:00 - 22:35	Evento Inter campi: Jornada Jurídica.	Evento Inter campi: Jornada Jurídica.
30/09/2020 19:00 - 22:35	Avaliação A1/01.	Aplicação da avaliação A1/01.
07/10/2020 19:00 - 22:35	Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho. Definição. Aula Expositiva. Natureza	Aula expositiva. Entrega e correção da A1/02.

	jurídica. Sujeitos. Conteúdo. Requisitos. Vigência.	
14/10/2020 19:00 - 22:35	Contrato Coletivo de Trabalho. Definição legal. Vigência. Aplicação. Dissídios Coletivos. Instauração e Processamento. Sentença. Ação de Cumprimento do instrumento normativo. Greve. natureza jurídica. legitimidade. classificação. limitação.	Aula expositiva.
21/10/2020 19:00 - 22:35	Continuação do conteúdo da aula anterior.	Aula expositiva.
28/10/2020 19:00 - 22:35	Legislação Especial do Trabalho: trabalho do aprendiz. estagiário. do menor. da mulher. rural. doméstico. estagiário. voluntário. avulso. eventual e autônomo	Aula expositiva.
04/11/2020 19:00 - 22:35	Resolução de lista de exercícios.	Resolução de lista de exercícios.
11/11/2020 19:00 - 22:35	Continuação do conteúdo anterior. O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho no Brasil e no mundo.	Aula expositiva.
18/11/2020 19:00 - 22:35	Continuação da aula anterior.	Aula expositiva.
25/11/2020 19:00 - 22:35	Avaliação A1/02.	Aplicação da avaliação A1/02 (abrangente).
02/12/2020 19:00 - 22:35	Entrega e correção da A1/02.	Entrega e correção da A1/02.
Em consonância com o disposto nas legislações emitidas pelo Ministério da Educação, Governos federal, estadual e municipal e normativas da Instituição, considerando as medidas acerca da emergência de saúde pública de importância internacional, relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), a partir de 18 de março de 2020, a Instituição adota o ensino remoto mediado por tecnologias. As adequações metodológicas que se fizerem necessárias estarão devidamente discriminadas no item "Observação" do diário de classe.		

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

As avaliações escritas serão feitas na forma individual, por meio de realização de provas obrigatórias (A1). Para composição da (A1), haverá a realização de 2 (duas) provas (escritas e individuais) com (A1/01 e A1/02 abrangente e de todo o conteúdo ministrado no semestre). As avaliações terão questões objetivas e dissertativas. As avaliações de A1 (A1/01, A1/02 abrangente) terão peso 10 (dez) cada uma, conforme as datas agendadas no cronograma acima. A A2 será de todo o conteúdo ministrado durante o semestre. A nota A1, será calculada através da média aritmética entre as avaliações A1/01, A1/02 abrangente. Se for necessário, haverá a avaliação (A2), para aqueles que não atingirem a média suficiente para aprovação de igual ou superior a 7,0 (sete), conforme regimento interno da UNOESC.

Observação: O aluno que não comparecer nas datas das avaliações A1/01 e A1/02 que constam no plano de ensino, se justificado o motivo da ausência (conforme regimento interno da Unoesc), fará a avaliação em outra data. A avaliação conterá questões objetivas e dissertativas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo	
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar / jurisprudência. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1592 p. ISBN 9788502111462.	Básica	
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 38. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1104 p. ISBN 9788547202033.	Básica	
RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de direito do trabalho. 9. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2002. 497 p. ISBN 8536201797.	Básica	
CLT interpretada : artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 10. São Paulo Manole 2019 1 recurso online ISBN 9788520460306.	Complementar	eBook
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito do trabalho. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553602087.	Complementar	eBook
MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho : relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553610129.	Complementar	eBook
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 24. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. xxvii, 1415 p. ; ISBN 9788502073616	Complementar	
OLIVEIRA, Aristeu de. Reforma trabalhista : CLT e legislação comparadas. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597017847.	Complementar	eBook

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/6
Componente curricular:	10009 - Direito Processual Civil III - Turma: CHADIR-6N
Professor:	288348 - Adam Haas
Nr. créditos/Carga Horária:	4/60
Período letivo:	2020/2

2 EMENTA

Da liquidação de sentença. Do Cumprimento de Sentença. Do Processo de execução. Atividade substitutiva da jurisdição no processo de execução. Pretensão executória. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Competência do juízo para a execução. Procedimentos na ação executória. Embargos do devedor e matéria de defesa. Liquidação de sentença. Execução provisória. Fase expropriatória de bens (avaliação, arrematação, adjudicação, remição, embargos à arrematação e à adjudicação). Pagamento ao credor. Execução para entrega de coisa certa e incerta. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Suspensão e extinção do processo de execução. Insolvência.

3 JUSTIFICATIVA

O estudo do processo de execução possui enorme relevância, na medida em que busca satisfazer e dar efetividade ao direito. O conhecimento dos institutos do processo de execução é imprescindível para a prática judiciária.

4 OBJETIVOS

Objetivo geral: aprender o processo de execução de modo organizado e sistêmico.

Objetivo específico: a) estudar todos os atos dos processo de execução.
 b) relacionar os institutos do processo de execução com os institutos do direito material;
 c) relacionar os institutos do processo de execução com os demais institutos de processo civil.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
06/08/2020 19:00 - 22:35	Introdução ao processo de execução. Regras fundamentais do processo de execução.	Aula expositiva e dialogada.
13/08/2020 19:00 - 22:35	Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos.	Aula expositiva e dialogada.
20/08/2020 19:00 - 22:35	Título executivo judicial e extrajudicial.	Aula expositiva e dialogada
27/08/2020 19:00 - 22:35	Processo de execução.	Leitura e fichamento sobre capítulo de livro.
03/09/2020 19:00 - 22:35	Responsabilidade patrimonial.	Aula expositiva e dialogada
10/09/2020 19:00 - 22:35	Responsabilidade patrimonial e penhora.	Aula expositiva e dialogada.
17/09/2020 19:00 - 22:35	Fraude a execução	Aula expositiva e dialogada.
24/09/2020 19:00 - 22:35	Jornada jurídica intercampi	Atividade complementar.
01/10/2020 19:00 - 22:35	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia.	Aula expositiva e dialogada
08/10/2020 19:00 - 22:35	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia contra Fazenda Pública.	Aula expositiva e dialogada.
15/10/2020 19:00 - 22:35	Avaliação A1 parcial	Avaliação e discussão sobre as questões após a prova.
22/10/2020 19:00 - 22:35	Penhora	Aula expositiva e dialogada
29/10/2020 19:00 - 22:35	Penhora, Avaliação, Alienação, Entrega de dinheiro ao credor. Protesto pela preferência.	Aula expositiva e dialogada.

05/11/2020 19:00 - 22:35	Penhora.	Leitura complementar
12/11/2020 19:00 - 22:35	Execução e cumprimento de sentença de obrigação de fazer e não fazer e para entrega de coisa.	Aula expositiva e dialogada.
19/11/2020 19:00 - 22:35	Execução fiscal.	Aula expositiva e dialogada.
26/11/2020 19:00 - 22:35	Execução Fiscal.	Aula expositiva e dialogada.
03/12/2020 19:00 - 22:35	Avaliação A1 abrangente. Correção da prova.	Atividade de avaliação.
Em consonância com o disposto nas legislações emitidas pelo Ministério da Educação, Governos federal, estadual e municipal e normativas da Instituição, considerando as medidas acerca da emergência de saúde pública de importância internacional, relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), a partir de 18 de março de 2020, a Instituição adota o ensino remoto mediado por tecnologias. As adequações metodológicas que se fizerem necessárias estarão devidamente discriminadas no item "Observação" do diário de classe.		

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada pela média entre a notas de A1 parcial e A1 abrangente. A nota de A1 parcial será composta por uma prova valendo 10 pontos. A nota de A1 abrangente valerá 10 pontos. As avaliações serão elaboradas com base em questões discursivas e objetivas, com apresentação de problemas na área do Direito Processual Civi, abrangendo o máximo do conteúdo ministrado em sala de aula. Serão considerados aspectos como clareza, fundamentação e sequência lógica na elaboração das respostas. No que tange a média para aprovação, o critério é o estabelecido pela entidade de ensino, devendo o acadêmico obter 7,0 para ser aprovado e possuir no mínimo 75% de frequência. O professor poderá, a seu critério, aplicar trabalhos para realização on line, concedendo uma bonificação para os alunos que a fizerem, a qual será somada a uma das notas. Além das referências básicas e complementares, o acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os nossos periódicos. Em caso de ausência a prova de A1 parcial o acadêmico deverá apresentar justificativa ao professor, sendo que a prova de segunda chamada será realizada no forma oral. Em caso de ausência a prova de A1 abrangente o acadêmico deverá apresentar justificativa a coordenação, na forma do regimento. Além das referências básicas e complementares, o acadêmico poderá acessar Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e também os nossos periódicos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo
BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 824 p. ISBN 9788547214586.	Básica
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: execução e processo cautelar . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 407 p. ISBN 9788502622685(v.3).	Básica
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento . 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1 ISBN 9788520351383 (v.1).	Básica
ASSIS, Araken de. Manual do processo de execução . 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. 1192 p. ISBN 8520316492	Complementar
DINAMARCO, Cândido R. A instrumentalidade do processo . 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009. 400 p. ISBN 9788574209722.	Complementar
NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante . 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 23 cm. ISBN 9788520346716.	Complementar
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença processo cautelar e tutela de urgência . 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. xliii, 791 p. ISBN 9788530939151 (v.2).	Complementar
ÁLVARES, Manoel; FREITAS, Vladimir Passos de. Execução fiscal: doutrina e jurisprudência . São Paulo: Saraiva, 1998. xviii, 567 p. ISBN 8502024051.	Complementar

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
CAMPUS DE CHAPECÓ
ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA
PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Campus:	CAMPUS DE CHAPECÓ
Curso/Matriz/Fase:	14 - DIREITO/22/7
Componente curricular:	12387 - Títulos de Crédito - Turma: CHADIR-7N
Professor:	316821 - Rodrigo Otavio Cruz e Silva
Nr. créditos/Carga Horária:	2/30
Período letivo:	2020/2

2 EMENTA

Títulos de crédito: conceito e princípios. Títulos de crédito em espécie.

3 JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina fundamental para o estudo e aprendizado dos Títulos de Crédito. A disciplina busca trabalhar o conhecimento geral sobre a circulação de crédito na sociedade, bem como conhecer as espécies de títulos e suas peculiaridades. A disciplina propõe-se uma análise ampla sobre a relevância dos títulos de crédito para o desenvolvimento, e uma análise específica da legislação nacional aplicável a cada uma das espécies de títulos de crédito.

4 OBJETIVOS

Geral: A partir do processo de construção do conhecimento (leituras, exposições e debates) capacitar Estudar os fundamentos históricos e teóricos do direito empresarial relacionados ao direito cambiário e títulos de crédito, numa perspectiva de desenvolvimento e segurança jurídica das atividades econômicas.

Específico: Oportunizar um aprofundamento em temas atuais e relevantes ligados à atividade civil e empresarial. Apresentar os conceitos formadores do direito cambiário. Estudar as espécies de títulos de crédito e as medidas judiciais da disciplina. Capacitar o acadêmico para a realidade prática dos títulos de crédito frente as decisões jurisprudenciais com vistas à futura atuação enquanto operador do direito.

Metodologia do Processo de Ensino-Aprendizagem:

Aulas expositivas dialogadas; seminários temáticos; Indicação de bibliografia crítica; Arguição e debates a partir das leituras; Fichamentos e elaboração de trabalhos; Trabalhos Acadêmicos efetivos; Trabalhos a serem apresentados pelos alunos; Visita técnica supervisionada; Estudos de caso em grupo.

PESQUISAS: Além de acesso ao acervo das bibliotecas, o acadêmico deverá acessar no portal-intranet da UNOESC as obras digitais disponíveis através de convênios e aquisições feitas pela universidade, a exemplo do Saraiva Virtual, Unoesc Virtual e todos os periódicos da biblioteca.

EVENTO: Jornada Jurídica (inter campi) - 21 a 25 de setembro de 2020 - maiores informações serão veiculadas pela coordenação de Curso.

5 CRONOGRAMA E CONTEÚDO

No desenvolvimento das atividades o cronograma poderá ser alterado, com prévio aviso do professor, mediante o caráter dinâmico do processo, ensino e aprendizagem.

Dia(s) aula	Conteúdo	Atividade
20/07/2020 19:00 - 22:35	INTRODUÇÃO À DISCIPLINA: cronograma, conteúdo, ementa e aspectos gerais. ATIVIDADE ECONÔMICA. Evolução histórica. Noções do sistema econômico e relações mercantis. A importância dos títulos de crédito.	Aula expositiva dialogada com teoria e estudo de caso.
21/07/2020 19:00 - 22:35	TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO: Crédito. Histórico. Lei Uniforme. Conceito e seus elementos. Princípios de direito cambiário. Letra de câmbio.	Aula expositiva dialogada com teoria e estudo de caso
22/07/2020 19:00 - 22:35	Letra de câmbio. e Nota promissória - LUG	Aula expositiva dialogada com teoria e estudo de caso.
23/07/2020 19:00 - 22:35	TÍTULOS DE CRÉDITO NOÇÕES FUNDAMENTAIS. Elementos principais. Constituição e exigibilidade.	Aula expositiva dialogada com teoria e estudo de caso.
24/07/2020 19:00 - 22:35	Atividade de pesquisa (teórica e prática) relativa aos princípios do direito cambiário, às leis especiais e ao posicionamento da jurisprudência.	Atividade a ser realizada seguindo os critérios definidos pelo professor - conteúdo, formato, prazo
	TÍTULOS DE CRÉDITO. ESPÉCIES: Cheque.	Aula expositiva dialogada com teoria e

27/07/2020 19:00 - 22:35	Prática e entendimentos jurisprudenciais.	estudo de jurisprudência
28/07/2020 19:00 - 22:35	Atividade de pesquisa (teórica e prática) relativa aos princípios do direito cambiário, às leis especiais e ao posicionamento da jurisprudência. Término e entrega de atividade nesse dia.	Entrega do trabalho avaliativo
29/07/2020	Avaliação parcial cumulativa	Avaliação parcial cumulativa
29/07/2020 19:00 - 22:35	A1. Devolutiva da avaliação. Exame (31) - menção aos pontos de destaque para os alunos que ficaram em exame.	Devolutiva da avaliação.
Em consonância com o disposto nas legislações emitidas pelo Ministério da Educação, Governos federal, estadual e municipal e normativas da Instituição, considerando as medidas acerca da emergência de saúde pública de importância internacional, relacionadas ao Coronavírus (Covid-19), a partir de 18 de março de 2020, a Instituição adota o ensino remoto mediado por tecnologias. As adequações metodológicas que se fizerem necessárias estarão devidamente discriminadas no item "Observação" do diário de classe.		

6 FORMAS DE AVALIAÇÃO

Para analisar o desenvolvimento intelectual do aluno, e definir a média A1, serão realizadas avaliações parciais na forma de prova escrita durante o semestre letivo que, a critério do professor, poderão ser substituídas por trabalhos individuais, ou em grupo, que explorem capacidades constantes no Projeto Pedagógico do Curso.

A média de A1 será composta pelas seguintes atividades, em média aritmética:

a) Avaliação Parcial 1 (10): Prova composta de questões objetivas e dissertativas.

b) Avaliação Parcial 2 (10): Prova composta de questões objetivas e dissertativas.

c) Avaliação Final (10): prova individual e escrita de conteúdo abrangente e individual, com questões objetivas e dissertativas.

Uma forma alternativa de avaliação, a depender do andamento das atividades acadêmicas, poderá consistir no desenvolvimento de:

a) Trabalhos Avaliativos: trabalho composto pela elaboração de textos, fichamentos, pesquisas ou resolução de questionários a partir de bibliografia indicada pelo professor - peso 30%, ou a definir.

b) Avaliação Parcial: Prova composta de questões objetivas e discursivas - individual, com questões objetivas e dissertativas - peso 70%, ou a definir.

Caso o(a) aluno(a) falte à avaliação parcial, a segunda chamada poderá ser realizada por meio de prova oral, a partir de 10 pontos elencados pelo professor da disciplina. Para tanto, o aluno deverá observar os requisitos e prazos regimentais para requerer a realização da prova.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência	Tipo	
ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito . 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 578 p. ISBN 978850223554.	Básica	
MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito . 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. xxii, 378 p. ISBN 9788597000078 (v. 3).	Básica	
ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. Títulos de crédito . 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2014. 790 p. ISBN 9788571478879.	Básica	
BIMBATO, José Mário. Lei das Duplicatas comentada : teoria e prática . São Paulo Manole 2015 1 recurso online ISBN 9788520449219.	Complementar	eBook
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial . 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 2 v. ISBN 8502025635.	Complementar	
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Fundamentos de direito comercial: empresário - sociedade empresária - títulos de crédito . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 153 p. : ISBN 8522420572	Complementar	
MARTINS, Fran. Títulos de crédito . 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 570 p. ISBN 9788530947408.	Complementar	
RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de crédito . 5. Rio de Janeiro Forense 2015 1 recurso online ISBN 978-85-309-6625-6.	Complementar	eBook